

Aula 04 - Somente PDF

*IBGE (Técnico em Informações
Geográficas e Estatísticas) Geografia -
2023 (Pré-Edital)*

Autor:
Leandro Signori

06 de Maio de 2023

Índice

1) Processo de urbanização brasileiro	3
2) Conurbação e Regiões Metropolitanas	11
3) Rede urbana brasileira	16
4) Problemas urbanos	23
5) Questões Comentadas - Urbanização brasileira - Cesgranrio	28
6) Questões Comentadas - Urbanização brasileira - Cebraspe	34
7) Questões Comentadas - Urbanização brasileira - FGV	38
8) Questões Comentadas - Urbanização brasileira - Multibancas	43
9) Lista de Questões - Urbanização brasileira - Cesgranrio	53
10) Lista de Questões - Urbanização brasileira - Cebraspe	57
11) Lista de Questões - Urbanização brasileira - FGV	60
12) Lista de Questões - Urbanização brasileira - Multibancas	64



O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO

Antes de iniciarmos o nosso estudo, é importante que você entenda e diferencie os seguintes conceitos, que serão bastante utilizados nessa aula:

Entendendo os conceitos	
Cidade	Área urbana de um município, delimitada por um perímetro urbano legalmente estabelecido, que separa a cidade do campo.
Município	Unidade política da República Federativa do Brasil (assim como os estados e o Distrito Federal). Divisão legalmente realizada de um território. São as várias partes que compõem um mesmo estado. Um município tem uma sede e distritos. Uma zona urbana (cidade) e rural (campo) ou somente zona urbana.
Espaço urbano	Porção do espaço geográfico ocupada por área urbana.
Aglomeração urbana	Área urbana que perpassa mais de um município, em que o urbano se processa em um conjunto mais complexo e extenso.

Muito cuidado para não confundir cidade com município! Quando estamos falando em cidade, estamos falando de uma área urbana qualquer, trata-se de um termo genérico. Já quando falamos de município, estamos falando de uma unidade da divisão político-administrativa do Brasil. Um município pode ser tanto urbano quanto rural. Feita essa introdução, vamos ao estudo! 😊

De modo geral, o termo "urbanização" se refere ao processo pelo qual **a população urbana de uma determinada localidade cresce em um ritmo mais acelerado que o da população rural**

Portanto, a urbanização consiste no processo de transformação de uma determinada localidade de rural para urbano. Dessa maneira, **uma sociedade é considerada urbana quando a população das cidades supera a população rural.**

A urbanização é um dos traços fundamentais da sociedade moderna. É um fenômeno recente, iniciado com a Revolução Industrial, há pouco mais de 200 anos – um período muito pequeno da história da humanidade. O processo de urbanização se iniciou há mais de dois séculos na Europa e adquiriu contornos mundiais ao longo do século XX. Em termos globais, apenas 3% da população era urbana em 1800, passando para 6%, em 1850, 14%, em 1900, 28%, em 1950, 38%, em 1970 e 50% em 2008. Observamos, com base nos índices, que, há pouco mais de 10 anos, a maioria da população mundial ainda vivia no campo.

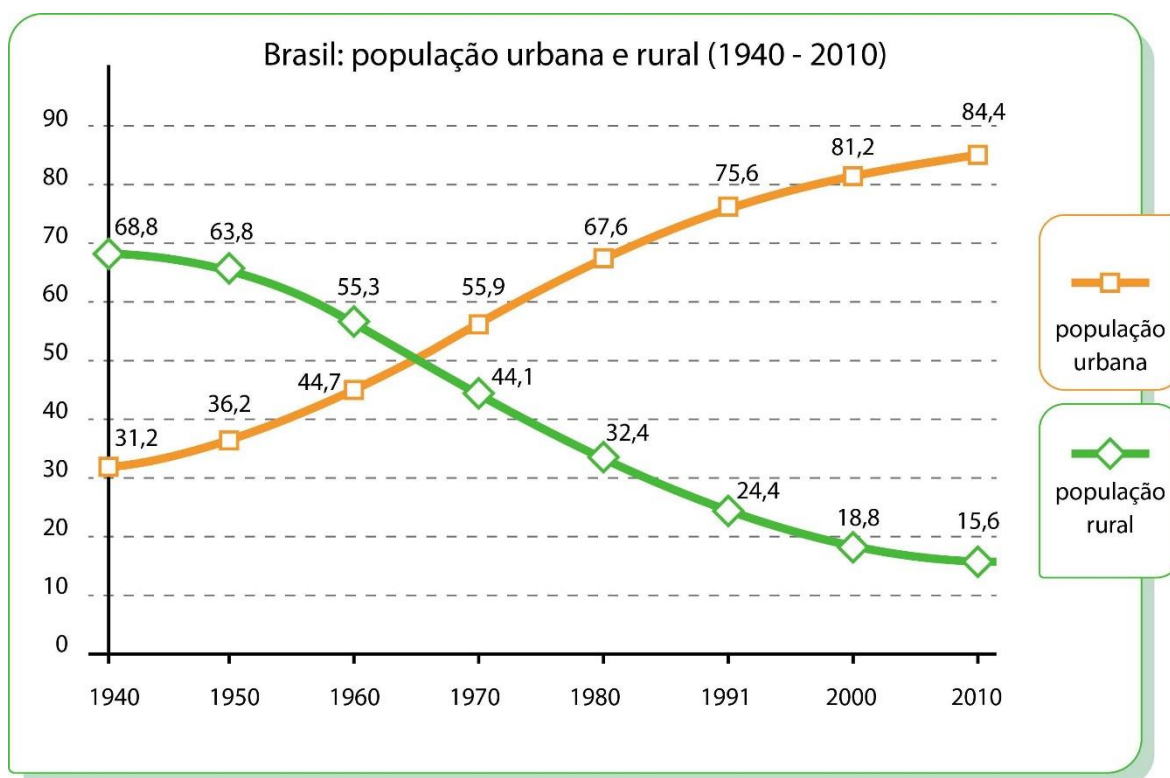
O processo de urbanização decorre da intensificação da divisão social do trabalho. Nas sociedades essencialmente rurais, a economia se baseia na agricultura familiar ou coletiva voltada para o autoconsumo, e a circulação de mercadorias é um elemento periférico, de importância menor. O desenvolvimento do comércio e da indústria – ou seja, o intercâmbio de bens e serviços – rompe o isolamento das populações



rurais e configura mercados consumidores cada vez mais amplos. A multiplicação de cidades e o crescimento dos centros urbanos são frutos dessa transformação geral da economia e da sociedade.

No Brasil, a urbanização é um processo recente. A integração econômica do território brasileiro, a partir da década de 1930, acelerou o processo de urbanização. Na moldura de um vertiginoso crescimento demográfico, a população urbana aumentou em um ritmo muito mais rápido do que a população rural.

Em 1950, quase dois terços dos brasileiros habitavam o meio rural, mas, 20 anos depois, a população urbana já era maioria. **Foi em 1965 que a população urbana superou a população rural no Brasil.** Em 2010, 84% habitavam o meio urbano. O gráfico a seguir mostra a evolução percentual das populações urbana e rural no Brasil, de 1940 a 2010.



Fonte: IBGE

A acelerada urbanização brasileira correspondeu ao período de intensa industrialização, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, com a formação de um mercado interno integrado, principalmente na região Sudeste.

O processo de urbanização brasileira apoiou-se, essencialmente, no **êxodo rural**, associado a dois condicionantes que se interligam:

- a **repulsão** da força de trabalho do campo, e
- a **atração** dessa força de trabalho para as cidades.





Êxodo rural é o processo de migração de pessoas da zona rural para a urbana, ou seja, a saída de moradores do campo com destino às grandes cidades.

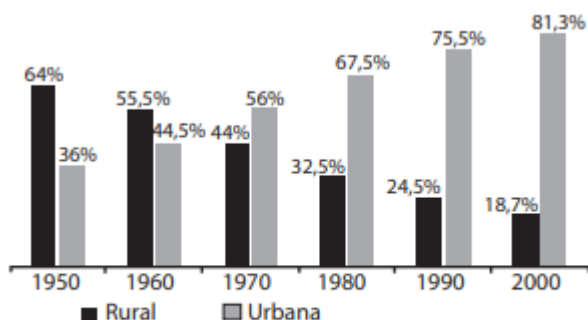
Guarde bem esse conceito, ele será muito utilizado daqui para frente. É um conceito básico no estudo da urbanização.

O êxodo rural se constitui no deslocamento massivo de pessoas do campo para a cidade. De um lado, ocorria a **modernização técnica do trabalho rural**, substituindo o trabalho braçal e manual do homem pela mecanização agrícola. Dispensado das fazendas, esse trabalhador rural não tinha acesso a uma terra própria para produzir, pois a **estrutura fundiária** brasileira sempre foi muito **concentradora** de terras. O monopólio por uma elite resulta na carência de terras para a maioria dos trabalhadores rurais.

Ao mesmo tempo, ocorria a **industrialização brasileira**, com as fábricas necessitando de mão de obra, e as cidades cresciam pela própria dinâmica da industrialização que leva a uma expansão do setor de serviços, também necessitando de força de trabalho. Esse fator atraía fortemente a população rural para o espaço urbano.



(CESGRANRIO/IBGE/2016) No gráfico a seguir, é apresentada a evolução das populações urbana e rural no Brasil.



Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/795f_arq118-03-01.jpg>. Acesso em: 13 jun. 2016. Adaptado.

A partir da década de 1970, verifica-se a ultrapassagem do contingente de população urbana em relação à rural, que decorre do seguinte fator estrutural:

- (A) Expansão da agroecologia
- (B) Redução do analfabetismo
- (C) Regressão do rodoviarismo



- (D) Avanço da industrialização
- (E) Realização de megaeventos

COMENTÁRIOS:

Na década de 1970, o Brasil passou a ser um país predominantemente urbano. Nessa década, a população urbana ultrapassou a população rural. Isso ocorreu sobretudo devido ao **êxodo rural**, isto é, a migração do campo para as cidades, e ao crescimento vegetativo natural nas grandes cidades.

O **êxodo rural** está associado a dois condicionantes que se interligam: a **repulsão** da força de trabalho do campo e a **atração** dessa força de trabalho para as cidades.

Dentre as alternativas apresentadas, a que apresenta corretamente um fator que efetivamente contribuiu no crescimento da população urbana de forma mais acelerada em relação à população rural foi o **avanço da industrialização**.

O crescimento da produção industrial nos grandes centros urbanos representou uma força de atração para as cidades, pois necessitavam de trabalhadores para as fábricas. Ao mesmo tempo, a mecanização do campo foi uma força de repulsão do campo, ao substituir o trabalho braçal pelo trabalho da máquina. Esses dois fatores foram as principais causas do movimento de êxodo rural no Brasil, que influenciou decisivamente no seu rápido processo de urbanização.

Gabarito: D

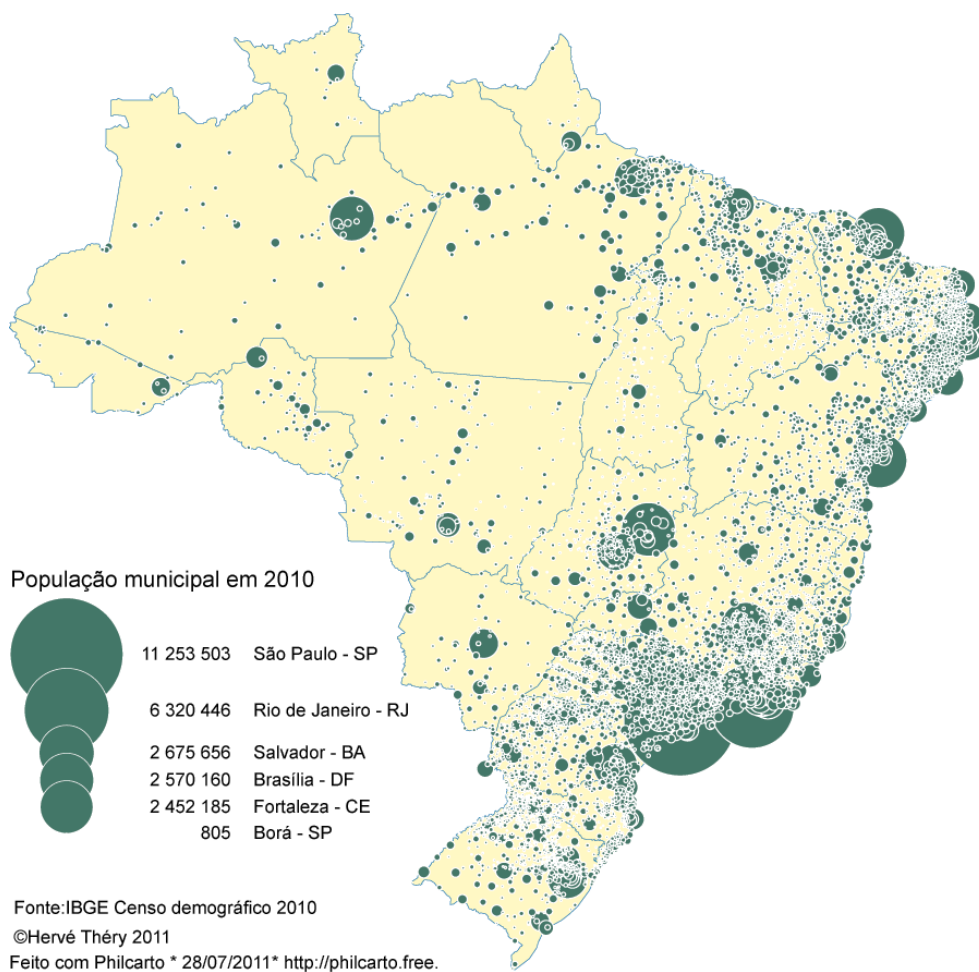
Uma das mais aceleradas urbanizações do mundo, a urbanização brasileira aconteceu sem a implementação de políticas indispensáveis para a inserção urbana digna da massa que abandonou o meio rural brasileiro. Em escala variável, as cidades brasileiras apresentam problemas comuns que foram agravados, ao longo dos anos, pela falta de planejamento urbano adequado e pela sua efetiva implementação, em que ele existe pela falta ou deficiência de uma reforma fundiária que combata à especulação de terra urbana e pela deficiência do controle sobre o uso e a ocupação do solo, evitando a ocupação de áreas de risco ambiental e preservando áreas naturais nas cidades.

A **segregação espacial** é uma das marcas da urbanização brasileira. De um lado, bairros nobres e de classe média dotados de infraestrutura adequada, acessibilidade por transporte coletivo, serviços, equipamentos etc. De outro lado, vastas áreas constituídas por assentamentos precários e/ou irregulares caracterizados pela informalidade e ilegalidade fundiária, precárias condições de habitabilidade, precariedade de acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, risco de vida associado a escorregamentos, inundações, contaminação do subsolo etc. O peso da exclusão territorial é muito grande, especialmente quando considerados os significados conferidos às esferas do imaginário, dos sentimentos, dos desejos e sonhos.

A urbanização brasileira também foi essencialmente **concentradora**. Em 1950, o Brasil tinha três cidades de grande porte: apenas Rio de Janeiro, São Paulo e Recife abrigavam mais de 500 mil habitantes. Em 2000, nada menos que 31 cidades já tinham ultrapassado essa marca, número que chegou a 38 em 2010.

No mapa a seguir, é possível observar que a população brasileira está concentrada em cidades da faixa litorânea e de porções das regiões Sudeste e Sul. A região central do Brasil e a Amazônia têm uma população esparsamente distribuída e com imensas áreas de baixa ocupação urbana. Em menor escala, isso ocorre também na porção semiárida do Nordeste e de Minas Gerais e na metade sul do Rio Grande do Sul.





Tendências e características atuais da urbanização brasileira

A concentração urbana espelha as condições em que ocorreu a modernização da economia do país. Desde a década de 1930, a industrialização baseou-se em investimentos volumosos de capital, realizados pelo Estado, pelas multinacionais e por conglomerados privados nacionais. Esses investimentos concentraram-se em cidades e regiões mais desenvolvidas economicamente, o que levou à concentração dos recursos produtivos e à oferta de empregos em determinados pontos do território. Um número reduzido de cidades que apresentavam vantagens prévias tornou-se alvo dos investimentos. Essas aglomerações evoluíram como polos de atração demográfica e de grandes mercados consumidores. A concentração espacial determinou a aglomeração espacial: o resultado foi a **metropolização**, ou seja, a formação das metrópoles.

No período recente, contudo, o crescimento populacional das grandes cidades diminuiu, o ritmo das migrações inter-regionais (entre regiões brasileiras) foi reduzido sensivelmente e o poder de atração das **cidades médias** tornou-se maior do que o das metrópoles.

Essa tendência de reversão no crescimento das grandes metrópoles, devido ao fato de as indústrias e empresas do setor de serviços buscarem localizações geográficas alternativas às saturadas metrópoles, provocando redução nos índices de crescimento das grandes cidades e aumento dos índices de crescimento das cidades médias, é denominada de **desmetropolização**.



Contudo, os processos urbanos recentes são complexos. Ao mesmo tempo em que se detecta a diminuição do crescimento populacional das metrópoles, observa-se um **crescimento da periferia metropolitana**. Ou seja, a população das cidades que compõe as regiões metropolitanas está crescendo mais que a das metrópoles. Nessa periferia estão muitas das cidades médias de grande crescimento no Brasil.

A rede urbana está mais consolidada e menos concentrada. A concentração populacional ainda é muito grande na faixa litorânea e em porções interioranas do Sul e Sudeste. Todavia, importantes centros regionais se consolidaram ou estão em fase de consolidação no Centro-Oeste, no Norte e no interior do Nordeste. Certamente, quando fazemos essa afirmação, não estamos nos referindo às metrópoles consolidadas há décadas nessas regiões, como Belém, Manaus, Brasília e Goiânia.

Outro processo que já acontece há algumas décadas é a redução da população em pequenas cidades. Em algumas regiões do Brasil, essa redução é mais evidente, como a metade oeste do Rio Grande do Sul e o semiárido nordestino.

O território brasileiro continua sendo ocupado por meio da expansão da **fronteira agrícola**, ou seja, do avanço da produção agropecuária sobre o meio natural. A Amazônia e o Cerrado são os biomas nos quais a fronteira agrícola segue avançado sobre áreas de vegetação natural. Novos núcleos de povoamento continuam surgindo nas zonas de expansão, embriões de futuras cidades. A chegada da agricultura moderna faz pequenos núcleos crescerem, com a atração de imigrantes.

Urbanização e desigualdades regionais

Do ponto de vista regional, verificam-se diferenças marcantes na urbanização brasileira, que refletem as disparidades econômicas regionais e a diferenciada inserção de cada região na economia nacional.

No **Sudeste**, a população urbana ultrapassou a rural na década de 1950, sendo que a fase de urbanização acelerada se encerrou na década de 1990. A população urbana predomina amplamente sobre a rural, o que revela um elevado desenvolvimento econômico e a subordinação da agropecuária à indústria, além de refletir o peso que a economia urbana tem na produção da riqueza.

A região **Sul** teve uma urbanização lenta e limitada até 1970. A estrutura agrária, baseada na propriedade familiar, restringia o êxodo rural. Contudo, nas décadas subsequentes do século XX, a mecanização acelerada da agricultura e a concentração da propriedade fundiária impulsionaram o êxodo rural.

No **Nordeste**, a trajetória da urbanização permaneceu relativamente lenta. A estrutura agrária assentada sobre minifúndios familiares, na faixa do Agreste, contribuiu para evitar forte êxodo rural. Além disso, o insuficiente desenvolvimento do mercado regional reduziu a atração exercida pelas cidades. Ainda assim, durante décadas, houve intensa migração do Nordeste para o Sudeste. Hoje, no entanto, no Nordeste, não há perdas populacionais significativas para outras regiões. Atualmente, a região Nordeste é a que apresenta menor taxa de urbanização no Brasil: 73,4% (IBGE, 2010).

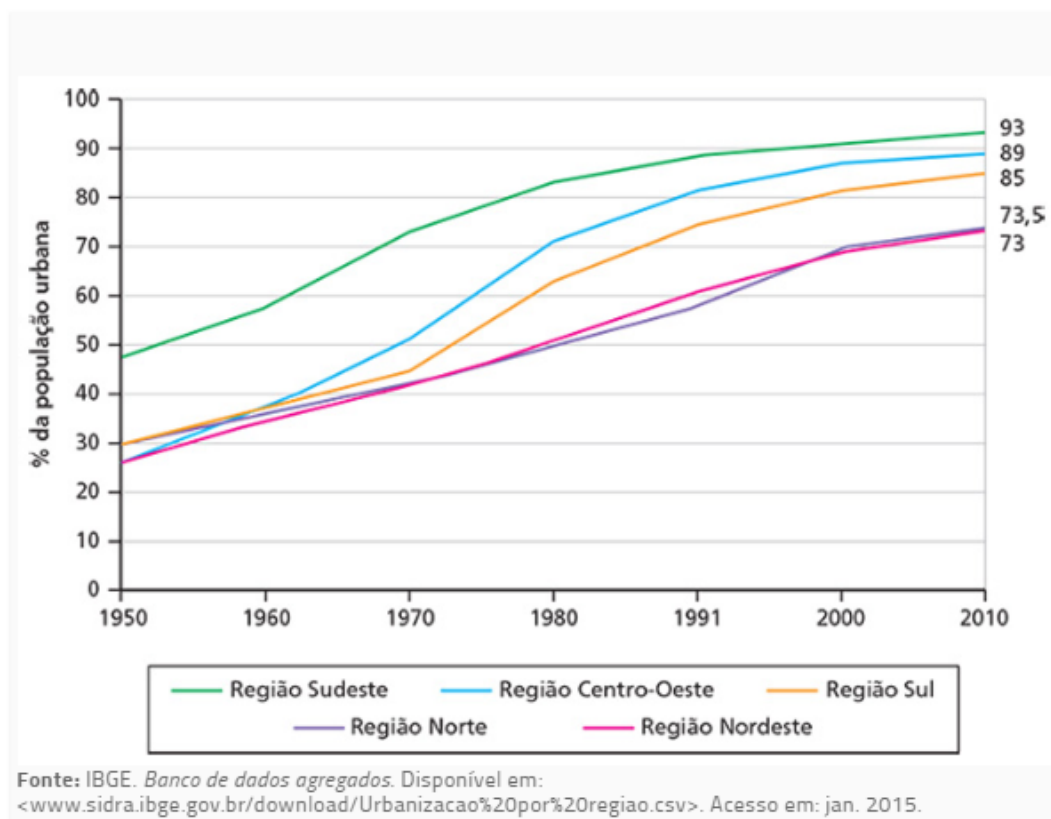
A urbanização do **Centro-Oeste** foi impulsionada pela fundação de Brasília, em 1960, e pelas rodovias de integração nacional que interligaram a nova capital ao Sudeste, de um lado, e à Amazônia, de outro. A ocupação do interior do Brasil por grandes propriedades voltadas para a pecuária e por culturas mecanizadas



de soja e cereais acentuou a tendência à urbanização. Desde o final da década de 1960, o Centro-Oeste tornou-se a segunda região mais urbanizada do país.

A região **Norte**, por sua vez, conheceu um processo vigoroso de urbanização nas últimas décadas, impulsionado pela proliferação de cidades ao longo das rodovias. Entretanto, a urbanização dessa região é bastante concentrada em dois grandes centros urbanos: Manaus e Belém.

BRASIL: EVOLUÇÃO REGIONAL DA URBANIZAÇÃO – 1950-2010



Apesar das disparidades regionais, Norte e Centro-Oeste foram as regiões brasileiras que mais se urbanizaram no período entre 2000 e 2010.





CONURBAÇÃO E REGIÕES METROPOLITANAS

Denomina-se de **conurbação** o crescimento de cidades próximas nas quais as suas malhas urbanas se encontram e há o estabelecimento de uma inter-relação funcional entre elas. Além de estarem fisicamente ligadas, as cidades estabelecem uma ligação funcional por meio de fluxos de pessoas, de mercadorias, de informações e de serviços.

A cidade principal da conurbação recebe o nome de **metrópole** (junção de duas palavras gregas: *mater*, mãe, e *polis*, cidade). A sua influência se estende de forma acentuada às cidades vizinhas, funcionando como polos de prestação de serviços sofisticados. Dessa forma, as metrópoles influenciam no crescimento urbano de cidades vizinhas ou próximas à metrópole. A conurbação de várias cidades tende à formação de uma **região metropolitana**.

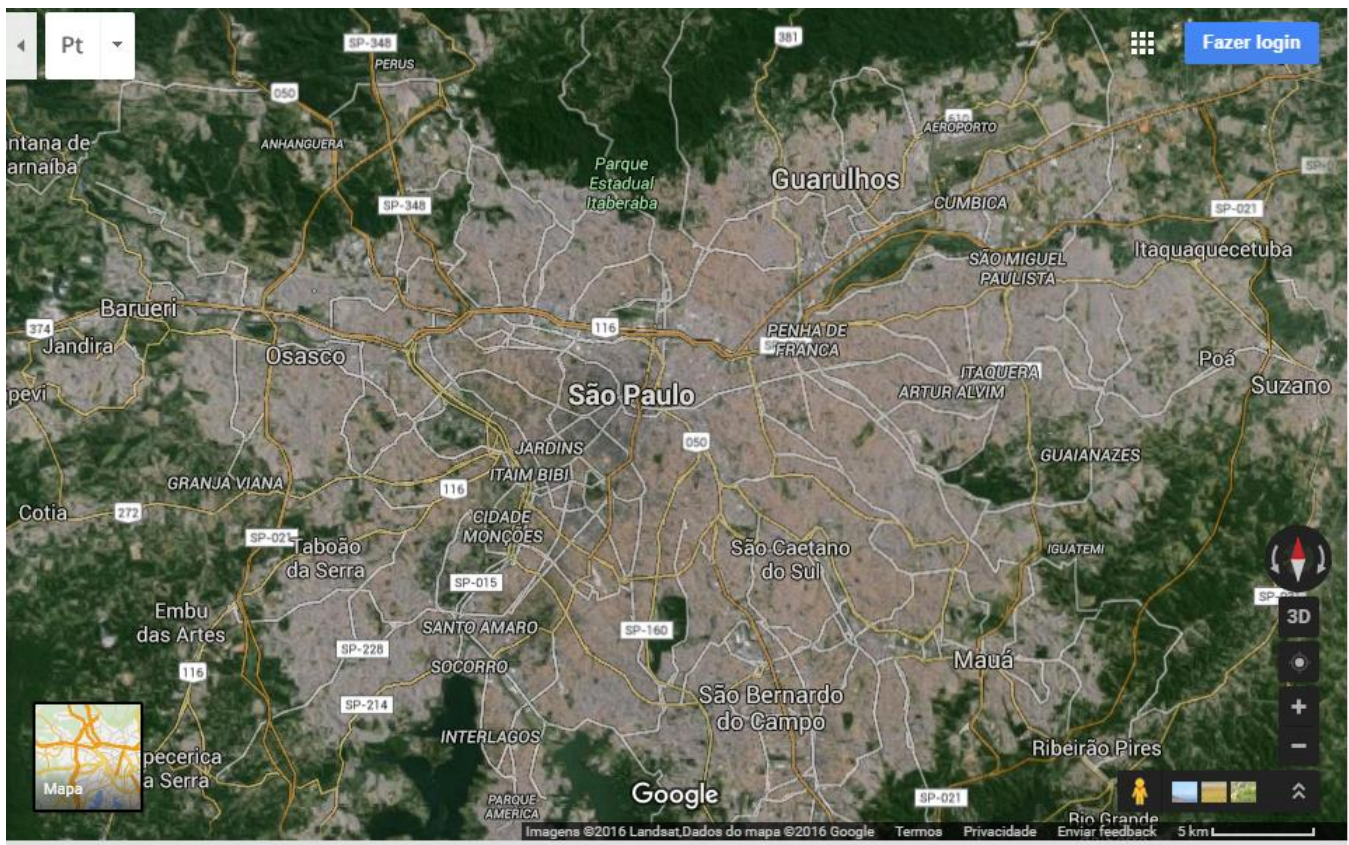
Assim, uma região metropolitana costuma ter uma cidade-central, que polariza as demais cidades da área metropolitana. Por exemplo, quando nos referimos à metrópole de São Paulo, estamos falando de uma cidade que centraliza em torno de si uma região metropolitana. Quando falamos em Região Metropolitana de São Paulo, estamos incluindo também as cidades polarizadas, tais como Guarulhos, Osasco e muitas outras. Essa região, no caso, é formada por um conjunto total de 39 cidades, a maior aglomeração urbana do Brasil, com uma população de mais de 21 milhões de habitantes.

Na direção de manter a harmonia dessas grandes conurbações, é preciso que se pense de forma conjunta e não separada a solução de problemas comuns, que ultrapassam os limites políticos dos municípios se interligam e se inter-relacionam, como o transporte coletivo e o saneamento básico.

Para tanto, é criada a região administrativa “região metropolitana”, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Nesse caso, o conceito geográfico de região metropolitana passa a ser incorporado a um determinado ordenamento jurídico para a gestão pública.

A imagem a seguir mostra, na cor acinzentada-amarronzada, uma mancha urbana contínua, da grande conurbação na região metropolitana de São Paulo. Como observamos, as malhas urbanas se encontram, não sendo possível visualizarmos separadamente a área urbana de cada um dos diversos municípios.





Já nesta outra imagem podemos ver os municípios que formam a **Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)** com os respectivos limites políticos entre eles.



As primeiras regiões metropolitanas do Brasil foram criadas pelo Governo Federal por meio da Lei Complementar nº 14, de 1973. São elas: São Paulo, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Essas nove regiões foram definidas pelo porte populacional e pela presença de funções urbanas diversificadas e especializadas e, ainda, pela existência de uma área de influência,

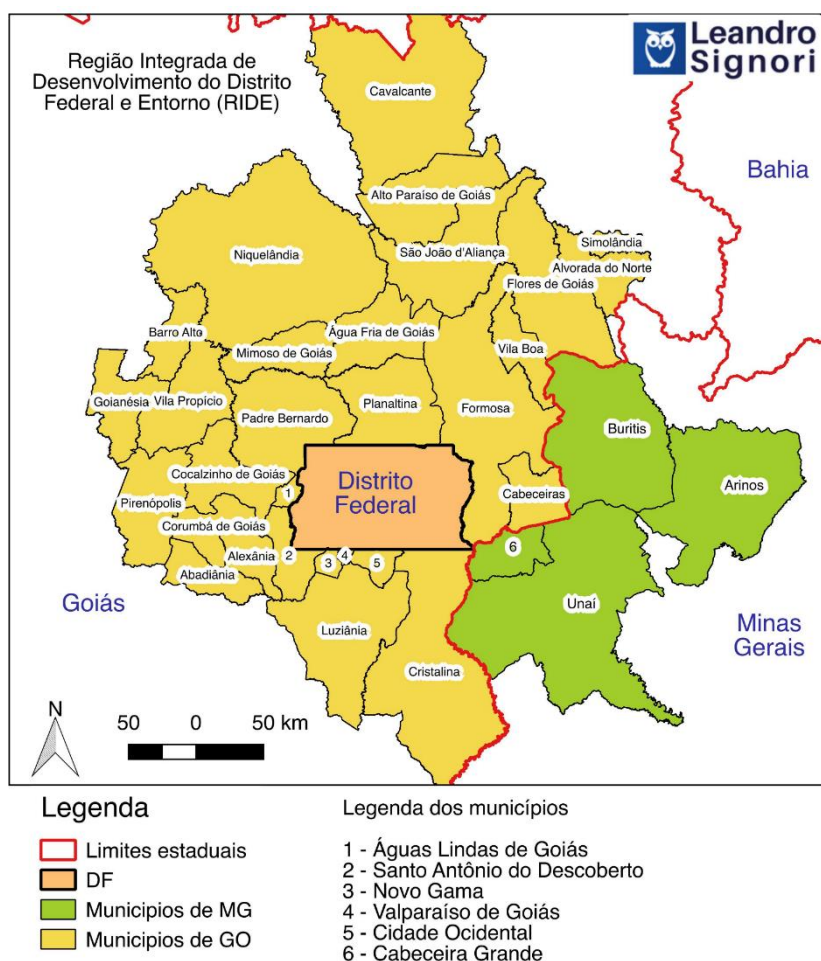


configurada pelo conjunto de municípios a elas integrados econômica e socialmente, com os quais elas dividiam uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço características.

A Constituição de 1988 atribuiu aos estados a competência para criação de regiões metropolitanas, que devem ser constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Cada estado define seus critérios para a criação de regiões metropolitanas, o que fez com que esse instituto fosse bastante desvirtuado por alguns estados, como Paraíba, Santa Catarina e Alagoas, que contam com 12, 11 e 9 regiões metropolitanas, respectivamente. Atualmente, há no Brasil 74 regiões metropolitanas criadas por leis estaduais.

Além das regiões metropolitanas, existem também as **Regiões Integradas de Desenvolvimento (Ride)** do Distrito Federal e Entorno, Petrolina-Juazeiro, formada por municípios de Pernambuco e da Bahia, e da Grande Teresina, formada por municípios do Piauí e do Maranhão. Por serem constituídas por municípios pertencentes a estados distintos, são criadas por lei complementar federal e administradas pelo Governo Federal.

No mapa a seguir, pode ser visualizada a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, formada pelo Distrito Federal e por 33 municípios, sendo 29 de Goiás e quatro de Minas Gerais.



As 10 maiores regiões metropolitanas abrigavam, em 2019, nada menos que 32% da população total do país. Na região metropolitana de São Paulo, a maior de todas, residem 10% dos brasileiros. Observa-se que, na última década, as maiores aglomerações urbanas cresceram menos do que a média do país.





Legalmente não existe a região metropolitana de Brasília, mas existe a RIDE do Distrito Federal e Entorno. No entanto, do ponto vista geográfico, Brasília forma uma região metropolitana com as suas regiões administrativas e municípios do entorno de Goiás e de Minas Gerais.



Nem toda conurbação conforma uma região metropolitana, e nem toda metrópole é conurbada, por isso, são conceitos que, embora sejam complementares, são distintos entre si. Na Região Metropolitana de Manaus (AM) e na Região Metropolitana de Ribeirão Preto (SP), por exemplo, não há conurbação entre os municípios. Nesses casos, a caracterização da metrópole ocorre não por causa da extensão da mancha urbana física, mas sim pela interdependência de fluxos e serviços.

POPULAÇÃO DAS 10 REGIÕES METROPOLITANAS E REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO MAIS POPULOSAS DO BRASIL - IBGE

ORDEM	REGIÕES METROPOLITANAS e RIDE	POPULAÇÃO 2019
1º	RM de São Paulo	21.734.682
2º	RM do Rio de Janeiro	12.763.459
3º	RM de Belo Horizonte	5.961.895
4º	RIDE do Distrito Federal e Entorno	4.627.771
5º	RM de Porto Alegre	4.340.733
6º	RM de Fortaleza	4.106.245
7º	RM de Recife	4.079.575
8º	RM de Salvador	3.929.209
9º	RM de Curitiba	3.654.960
10º	RM de Campinas	3.264.915



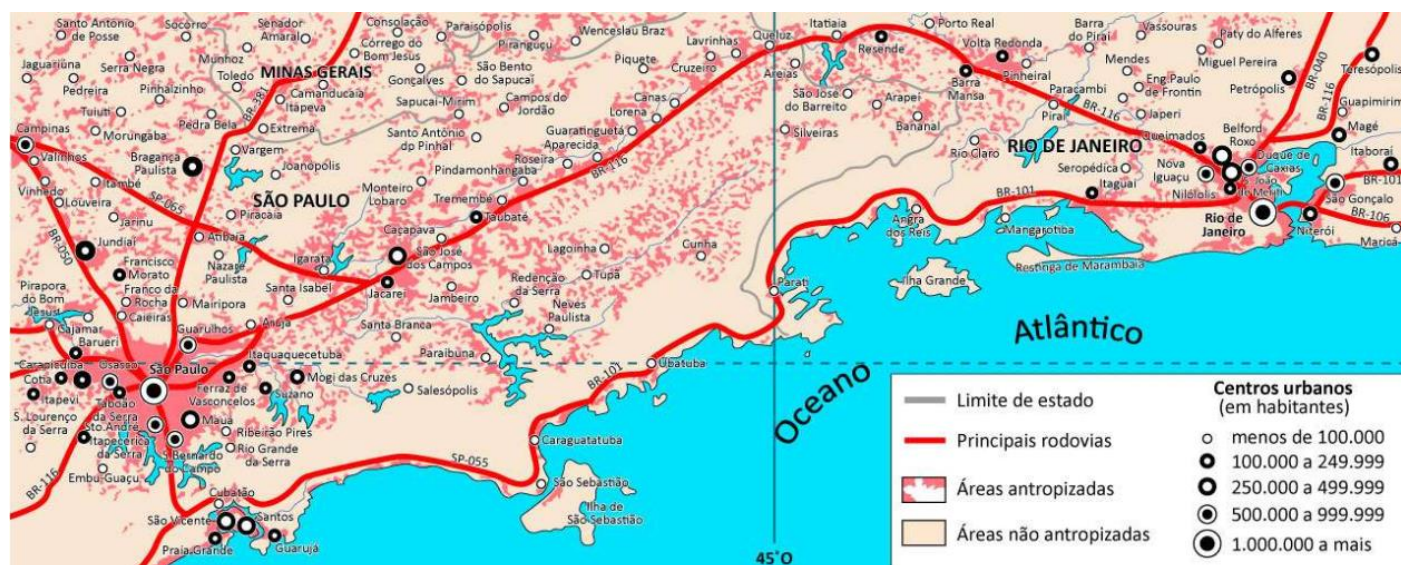
A megalópole brasileira

Se as cidades de uma metrópole interagem entre si, é correto dizer que as metrópoles também têm graus de conexão externa, seja essa econômica, política ou cultural, formando áreas ainda maiores. Sendo assim, o conjunto de duas ou mais metrópoles interligadas física e funcionalmente é denominado megalópole.

Alguns estudiosos de geografia urbana defendem a existência de uma megalópole brasileira, devido aos intensos fluxos de mercadorias, capitais, serviços e pessoas em uma região que tem como principais áreas urbanas as regiões metropolitanas de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), além das regiões metropolitanas de Campinas (SP), Baixada Santista (SP), Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP) e a aglomeração urbana de Jundiaí (SP). Outros estudiosos afirmam que há certo vazio urbano entre as duas grandes metrópoles, e, devido a isso, não há uma conurbação, nem mesmo infraestrutura de transporte e de comunicação suficiente para caracterizar a megalópole.

A megalópole seria formada por 232 municípios dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, tendo como principais eixos de ligação a rodovia Presidente Dutra (BR-116) e as vias Bandeirantes e Anhanguera. Em termos de extensão geográfica, é uma área de 82.616 km², equivalentes a 0,97% do território brasileiro. Nessa parcela relativamente pequena do território brasileiro vivem em torno de 45 milhões de pessoas. É também um território marcado por uma forte urbanização: 96% da população reside em áreas urbanas, enquanto no Brasil a taxa de urbanização é de 81%. Além disso, esse pequeno pedaço de terra é responsável por 35% do PIB nacional, haja vista que há um grande cinturão de indústrias, de universidades e de objetos de reprodução do capital.

Megalópole Brasileira



REDE URBANA BRASILEIRA

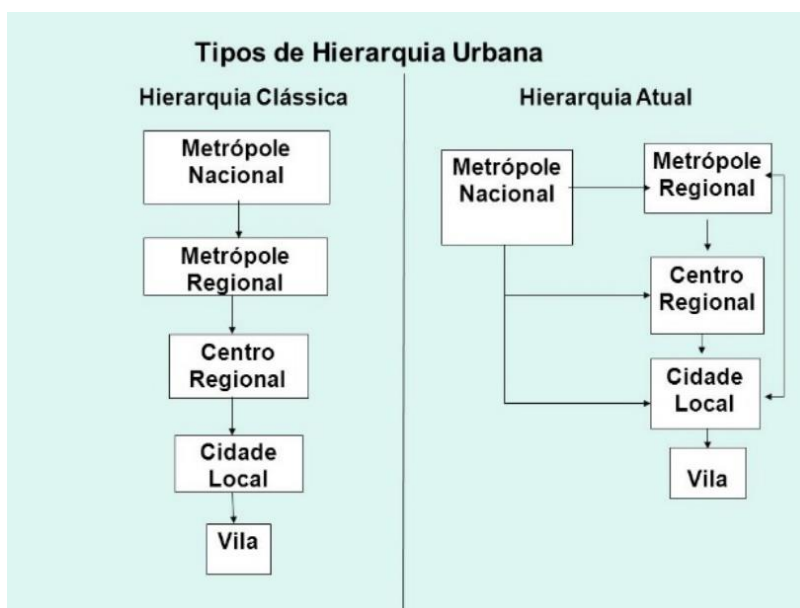
O conjunto de cidades de um determinado território forma uma rede: a **rede urbana**. Uma rede é um sistema constituído por arcos de transmissão e nós de bifurcação pelos quais circulam fluxos materiais ou imateriais.

Na rede urbana, as cidades funcionam como nós de bifurcação. As cidades são centros de distribuição de bens e serviços. Elas mantêm, entre si, fluxos materiais, constituídos por mercadorias e pessoas, e fluxos imateriais, ou seja, intercâmbios de informação. Os primeiros circulam por infraestruturas como rodovias, ferrovias, hidrovias, aerovias e dutos. Os segundos, por sistemas de telecomunicações que possibilitam transferências de capital e intercâmbios políticos e culturais.

A influência de cada cidade no conjunto da rede depende de sua capacidade de oferecer bens e serviços. As cidades que exercem influência sobre todo o território ocupam os postos mais altos na hierarquia urbana. Os postos mais baixos cabem aos pequenos centros urbanos, cuja influência resume-se aos arredores.

Os centros urbanos de nível mais elevado influenciam os de níveis inferiores. As **cidades também mantêm relações de interdependência**, que se manifestam pelo intercâmbio de bens e serviços. Mantêm, ainda, **relações de complementaridade**, pois diversos centros urbanos se especializam na produção de determinados bens ou serviços para todo o mercado nacional e, em certos casos, para mercados externos.

A imagem a seguir mostra duas tipologias de rede urbana. Na hierarquia clássica, os fluxos estabelecidos por uma vila eram quase que exclusivamente com a cidade local, que estava em um patamar superior da hierarquia. A cidade local com o centro regional, esse com a metrópole regional, a qual, por fim, estabelecia fluxos com a metrópole nacional, isso em um período no qual as comunicações e a infraestrutura de transportes não conheciam todo o desenvolvimento da atualidade.



Na hierarquia urbana atual, continua havendo níveis de importância, de polarização e de comando. Entretanto, todos os níveis estabelecem fluxos entre si. É possível morar em uma vila e, por meio da internet, comprar uma roupa sofisticada e cara de uma empresa sediada em uma metrópole nacional, que será entregue no endereço de origem da compra. Antes da internet, as opções eram bem mais limitadas. Para



comprar algo que não tinha na vila, era necessário deslocar-se para uma cidade local, no nível superior da hierarquia urbana. E as opções para aquisição de algo seriam bem mais limitadas do que pode encontrar hoje na internet ou em um centro regional e níveis superiores da hierarquia urbana. O avanço tecnológico dos transportes e da infraestrutura facilitam os deslocamentos.

O estudo **Regiões de Influência das Cidades (REGIC)**, do IBGE, é uma publicação de referência sobre a rede urbana brasileira. A última atualização foi divulgada no ano de 2020, com base na realidade do ano de 2018.

Nesse estudo, a noção de cidade ou de centro urbano utilizada para análise dos dados foi operacionalizada por meio de duas unidades territoriais: os **municípios** e os **arranjos populacionais**. Os últimos são constituídos por **agrupamentos de municípios muito integrados e por terem deslocamentos frequentes de populações para trabalho e estudo**.

Os dois componentes fundamentais para o estabelecimento da hierarquia e da região de influência das cidades são a atração exercida entre as cidades próximas e as ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos.

As relações de longa distância entre os centros urbanos são geradas por relações de comando e gestão, como as relações entre sedes e filiais de empresas localizadas em cidades diferentes.

A REGIC classifica as cidades em cinco grandes níveis:

Metrópoles – são os 15 principais centros urbanos dos quais todas as cidades existentes no país recebem influência direta, seja de uma ou mais metrópoles simultaneamente. A região de influência dessas centralidades é ampla e cobre toda a extensão territorial do país, com áreas de sobreposição em determinados contatos. As metrópoles se subdividem em três níveis:

a. **Grande metrópole nacional** – o arranjo populacional de **São Paulo (SP)** ocupa, isoladamente, a posição de maior hierarquia urbana do país;

b. **Metrópole nacional** – os arranjos populacionais de **Brasília (DF)** e do **Rio de Janeiro (RJ)** ocupam a segunda colocação hierárquica, também com forte presença nacional;

c. **Metrópole** – os arranjos populacionais de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Campinas (SP), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA), Vitória (ES) e o município de Manaus (AM) são as 12 cidades identificadas como metrópoles.

Campinas, Florianópolis e Vitória não constavam como metrópoles no estudo anterior da REGIC, de 2007. Foram elevadas a esse nível no estudo atual. Campinas é a única cidade que não é capital estadual a ser classificada como metrópole.

Capital regional – são os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as metrópoles. Integram esse nível 97 cidades, subdivididas em capitais regionais A, B e C.

Centro sub-regional – neste terceiro nível hierárquico estão 352 cidades que têm atividades de gestão menos complexas, com áreas de influência de menor extensão que as das capitais regionais. São também cidades de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes, maiores na região Sudeste (100 mil)



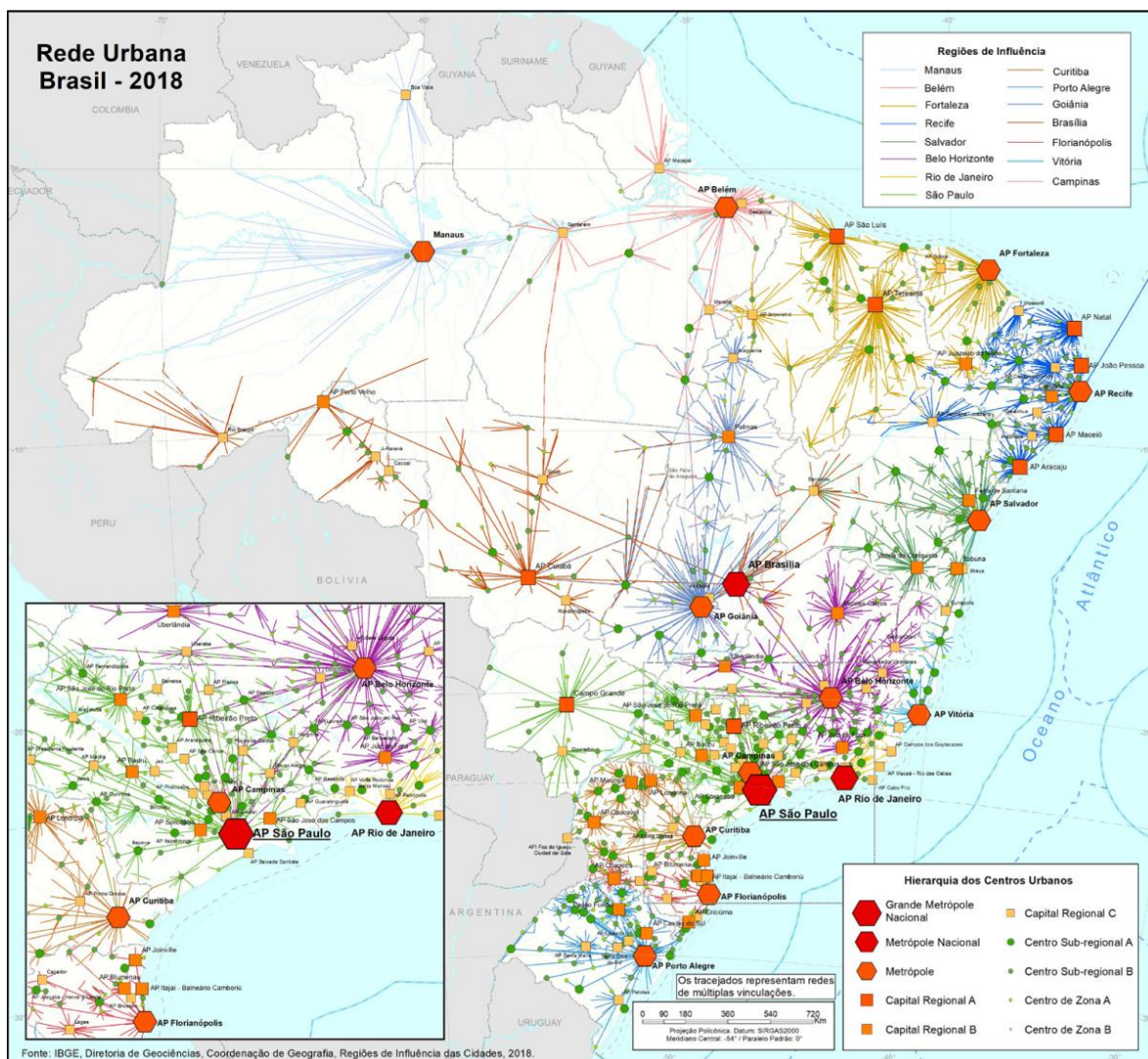
e menores nas regiões Sul e Centro-Oeste (75 mil). Esse nível divide-se em dois grupos: centros sub-regionais A e B.

Centro de zona – as cidades classificadas no quarto nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade. São 398 cidades com média populacional de 30 mil habitantes. Subdividem-se em centros de zona A e B.

Centro local – o último nível hierárquico define-se pelas cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra cidade. São 4.037 centros urbanos que apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. A média populacional dos centros locais é de apenas 12,5 mil habitantes, com maiores médias na região Norte (quase 20 mil habitantes) e menores na região Sul (7,5 mil pessoas em 2018).

O mapa a seguir ilustra a rede urbana da REGIC 2018.





Fonte: REGIC – IBGE.

A tabela a seguir traz dados da dimensão das redes de primeiro nível de grandeza, das metrópoles, relativos à extensão territorial, população e economia da rede urbana abrangida por cada metrópole.



Dimensão das redes de primeiro nível - 2018

Redes de primeiro nível	Dimensão									
	Capitais Regionais	Centros Sub-Regionais	Centros de Zona	Cidades	População 2018	Área (km²)	Densidade demográfica (habitantes/km²)	PIB per capita (R\$)	PIB total (R\$1 000)	PIB Metrô-pole/região de influência
AP de São Paulo/SP	26	77	51	679	49 295 747	688 624,1	71,6	42 373,50	2 088 833 313,00	52,95
AP de Brasília/DF	8	25	24	277	11 649 359	1 753 408,9	6,6	39 251,94	457 259 929,00	53,89
AP do Rio de Janeiro/RJ	5	11	3	63	17 296 239	48 796,4	354,5	37 156,08	642 660 440,00	75,70
AP de Belém/PA	4	10	8	157	9 335 660	1 374 601,9	6,8	16 270,49	151 895 774,00	25,78
AP de Belo Horizonte/MG	12	52	65	752	21 069 799	571 747,7	36,9	25 954,38	546 853 629,00	31,57
AP de Campinas/SP	1	10	1	34	4 396 180	14 073,0	312,4	48 902,34	214 983 509,00	60,52
AP de Curitiba/PR	5	30	32	373	11 654 092	210 851,5	55,3	35 143,78	409 568 832,00	35,49
AP de Florianópolis/SC	10	16	27	265	7 138 738	96 954,4	73,6	36 348,80	259 484 525,00	14,05
AP de Fortaleza/CE	5	34	58	630	20 109 664	764 171,9	26,3	13 561,33	272 713 836,00	29,93
AP de Goiânia/GO	3	21	34	364	8 269 552	964 430,5	8,6	26 706,14	220 847 808,00	30,39
Manaus	1	4	2	71	4 490 260	1 624 605,2	2,8	21 985,26	98 719 516,00	71,21
AP de Porto Alegre/RS	6	39	37	417	11 293 956	266 877,9	42,3	36 069,72	407 369 834,00	38,97
AP do Recife/PE	10	36	45	720	23 601 254	345 048,8	68,4	16 304,43	384 805 000,00	26,21
AP de Salvador/BA	6	24	39	402	14 471 227	479 065,0	30,2	17 538,67	253 806 046,00	45,22
AP de Vitória/ES	1	8	8	85	4 468 927	67 117,8	66,6	26 307,95	117 568 317,00	51,83

Fonte: REGIC – IBGE.

Esse estudo do IBGE é uma referência e um subsídio para o planejamento de políticas públicas. Não é nenhuma classificação oficial da rede urbana brasileira. Aliás, não há classificação oficial, tampouco uma política pública coordenada voltada para o desenvolvimento, para a consolidação e para a desconcentração da rede brasileira.

No Brasil, a rede de cidades reflete as profundas desigualdades de seu processo de industrialização. Esse processo, com forte concentração na região Sudeste, deu origem a uma hierarquia urbano-industrial extremamente desigual, com profunda desarticulação intra e inter-regional, configurando um território com grandes vazios demográficos e acentuadas polarizações de riqueza.

Nas regiões Sul e Sudeste, emerge uma rede de cidades relativamente integrada, com peso crescente de cidades médias. Nas demais regiões, observa-se uma dinâmica populacional e econômica bastante concentrada nas capitais. Contudo, verificam-se, também, importantes diferenças inter e intrarregional nesses espaços mais periféricos.



No Nordeste, mais densamente povoado, evidencia-se uma concentração populacional nas capitais e em sua faixa litorânea, com uma população rural relativamente mais importante, sobretudo, em sua área semiárida. Bahia, Pernambuco e Ceará revelam maior interiorização de sua economia e população, com a presença de algumas cidades importantes. Nos demais estados, é muito maior a concentração nas capitais, com baixíssima atividade no interior.

Nas regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral, no Centro-Oeste e no Norte, verifica-se a emergência de alguns centros urbanos médios no interior acompanhando as áreas mais dinâmicas. Na região Amazônica, as enormes distâncias, a baixíssima ocupação e o isolamento imposto pelo bioma dão origem a uma rede de cidades muito específica, com alguns bolsões urbano-industriais, nos quais o principal elemento de organização do espaço é a oferta urbano-regional de serviços, especialmente de transporte.

São Paulo também é considerada uma **cidade global**. O conceito de cidades globais está diretamente ligado à noção de poder. Essas cidades funcionam como centros de gestão de redes mundiais que desempenham funções políticas e econômicas de primeira grandeza.

As cidades globais são centro de tomadas de decisões que afetam profundamente a vida das nações do mundo inteiro. Nessas cidades situam-se os principais mercados financeiros, as grandes instituições multilaterais e as sedes das mais poderosas empresas transnacionais.

As atividades das cidades globais abrangem amplos setores de suporte aos negócios mundiais. Nelas se aglomeram escritórios de advocacia que cuidam de fusões e de aquisições, firmas de auditorias que fiscalizam os balanços das empresas transnacionais, agências de publicidade que elaboram campanhas de impacto internacional. Em torno dessas atividades circulam altos executivos e profissionais especializados oriundos de diferentes países. Para atendê-los, as economias urbanas desenvolvem serviços de classe mundial, nos campos aeroportuário, de telecomunicações, de hotelaria e de lazer.

O crescimento das cidades médias

Cidades médias são aquelas que contam uma população correspondente a esse porte e desempenham, na rede urbana, claros papéis intermediários entre as cidades pequenas e as metrópoles. A população das cidades pequenas, polarizadas por uma cidade média, realiza parte do consumo de bens e serviços necessários à produção e à vida nessas cidades.

São cidades que apresentam boas condições para abrigarem novas unidades de produção. Cumprem, assim, não somente o papel de atendimento ao mercado regional, mas desempenham importantes funções como elos de um sistema produtivo global.

As cidades médias ganham importância qualitativa e quantitativa na rede urbana brasileira. Todavia, tal ganho não significaria o enfraquecimento das metrópoles, mas sim a consolidação da rede urbana brasileira, com o fortalecimento tanto das metrópoles quanto das cidades médias.

As cidades médias, com o avanço das redes técnicas, passam, crescentemente, a integrar os circuitos mais avançados da economia. Com isso, a sua integração com as metrópoles se torna mais forte. São as conexões com redes produtivas superiores aliadas à oferta de bens e de serviços para a sua área de influência que



promovem a dinâmica das cidades médias. Esse processo ocorre, sobretudo, em detrimento das pequenas cidades e de maneira complementar às metrópoles.

Em 1950, existiam no Brasil 35 cidades de porte médio, no intervalo de 100 mil a 500 mil habitantes; em 2000, já eram 193, e uma década depois, em 2010, somam-se 245 cidades nessa faixa populacional.

Atualmente, as cidades médias são os grandes polos de desconcentração populacional no Brasil. Elas têm recebido um número crescente de serviços e indústrias oriundas das grandes regiões metropolitanas, onde é notória a saturação da infraestrutura.

Entre as vantagens competitivas que essas cidades oferecem às novas empresas destacam-se as isenções fiscais e a mão de obra mais barata. Além disso, têm vias de circulação mais transitáveis, que podem escoar a produção com maior eficiência. Também são particularmente atrativas para a classe média de centros urbanos caóticos, nos quais a perspectiva de progresso pessoal e de melhor qualidade de vida torna-se mais difícil, dado o elevado custo de vida.



PROBLEMAS URBANOS

Quando o crescimento da população urbana é acelerado demais e sem planejamento, uma série de carências de infraestrutura impacta a qualidade de vida urbana. Isso ocorre atualmente na maioria das cidades de países em desenvolvimento, e é uma questão-chave no Brasil.

Moradia urbana

O Brasil carece de mais de 6,3 milhões de moradias, o equivalente a cerca de 9% de todos os domicílios existentes no país. A maior parte do déficit - 5,6 milhões de moradias - está nas zonas urbanas e 30% nas regiões metropolitanas.

O **déficit habitacional** é a **falta de moradias dignas para a população**. Existem diferentes métodos e critérios para estimar esse déficit. A Fundação João Pinheiro (FJP), cujos números foram adotados pelo extinto Ministério das Cidades, considera para o cálculo famílias que ocupam imóveis em pelo menos uma das seguintes condições:

- **Habitação precária:** construções rústicas (com paredes sem alvenaria ou de madeira sem tratamento, que favorecem a proliferação de vetores de doenças, como a de Chagas) e as improvisadas (locais sem fins residenciais usados como moradia, como imóveis comerciais e os debaixo de pontes e viadutos);
- **Coabitação:** imóveis e cômodos compartilhados por famílias diferentes;
- **Adensamento excessivo:** número médio de moradores superior a três pessoas por dormitório em casas e apartamentos alugados; e
- **Ônus excessivo com aluguel urbano:** comprometimento de mais de 30% da renda familiar com o aluguel, em famílias que ganham até três salários mínimos.

Contraditoriamente, em paralelo à carência de moradias, o Brasil apresenta imóveis vagos em número suficiente para zerar o déficit habitacional. Segundo o IBGE, em 2105, havia quase 8 milhões de imóveis ociosos, 80% em áreas urbanas e 87% em condições de abrigar famílias imediatamente. Parte expressiva desses imóveis está vaga em função da **especulação imobiliária**, que consiste na **aquisição de imóveis, por pessoas ou empresas, sem nenhuma intenção de utilizá-los para fins produtivos ou habitacionais, mas para vendê-los ou alugá-los mais tarde por um preço mais alto**.

O ônus excessivo com aluguel é o principal fator a contribuir para o déficit habitacional – sozinho responde por 50% da carência de moradias. Sem condições de pagar o aluguel, muitas famílias são forçadas a deixar suas casas ou apartamentos e se mudar para bairros periféricos.

A periferização também abre margem para o debate de **direito à cidade**, isto é, a **possibilidade de todos os cidadãos de uma determinada área urbana ter acesso a bens e serviços de qualidade e ao espaço público**. Quando isso não ocorre, a desigualdade social urbana se manifesta de diferentes formas. Uma das mais visíveis é a **segregação socioespacial**, ou seja, a concentração de diferentes grupos sociais em determinadas áreas da cidade. Os que têm maior poder aquisitivo ocupam as regiões mais centrais e com maior disponibilidade de serviços públicos, enquanto os mais pobres são empurrados para os bairros periféricos,



muitas vezes em moradias precárias. As desigualdades, por sua vez, acarretam no aumento da violência. Sendo assim, é necessário planejar uma cidade onde não exista segregação e todos os grupos e classes sociais tenham acesso aos espaços públicos.

A expansão desenfreada das cidades muitas vezes ocorre em **áreas de risco ou de proteção ambiental**, como é o caso de **áreas próximas ou às margens de mananciais e de encostas de morros**, que geralmente são ocupadas por pessoas da classe mais pobre, devido a toda questão da segregação socioespacial e da especulação imobiliária.

O deslizamento de encostas, isto é, o escorregamento de grandes massas de terra pela força da gravidade em áreas de maior declividade, é um fenômeno natural. Entretanto, quando as encostas são ocupadas, a vegetação é retirada, deixando o solo exposto, o que faz com que as águas das chuvas atinjam o solo com mais força, retirando e transportando a terra. Nessa situação, quando as chuvas são muito fortes, há grandes **movimentos de massa**, podendo ocasionar tragédias com perda de casas e, muitas vezes, de vidas.

Pelo fato do Brasil ser um país tropical, com altos níveis de pluviosidade na maior parte de seu território, os deslizamentos são frequentes. No entanto, a ocupação de áreas irregulares muitas vezes se apresenta como a única opção viável para famílias que não têm alternativa de moradia. A remoção e a transferência para áreas mais estáveis devem ser incentivadas pelos governos, além da efetiva fiscalização quanto às condições geológicas das áreas ocupadas para o controle de seus riscos.

A problemática habitacional das grandes cidades brasileiras levou à formação de “movimentos sociais” urbanos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que reivindicam uma ampla **reforma urbana**, de forma a possibilitar o **acesso mais igualitário à habitação de qualidade, principalmente para os que residem em áreas de risco ou em condição de rua**. Pautada principalmente na invasão de imóveis, a atuação do MTST costuma ser bastante polêmica, o que faz com que se acirrem as discussões sobre os conflitantes direitos à propriedade privada e ao usufruto da cidade.

Vale ressaltar, no entanto, que a “reforma urbana”, dependendo do modo que é realizada, acentua ainda mais as desigualdades socioespaciais. Quando uma determinada área, de baixo valor imobiliário, recebe equipamentos como estações de metrô, shoppings centers, ou unidades culturais, o seu valor aumenta, o que acaba expulsando as populações que nela residem, as quais, impossibilitadas de arcarem com custos (aluguéis, impostos etc.), vão para regiões mais baratas e/ou periféricas. Esse fenômeno é conhecido como **gentrificação**, ou seja, a **expulsão da população local pelo aumento do valor dos imóveis**.

Mobilidade urbana

O trânsito caótico, as muitas horas perdidas nos deslocamentos e os transportes coletivos lotados, principalmente nos horários de pico, fazem parte da rotina dos moradores das grandes cidades brasileiras. O movimento diário de pessoas que se deslocam de casa para o trabalho e vice-versa, ou da residência para o local de estudo e vice-versa, de uma cidade para outra, dentro de uma região metropolitana, é chamado de **movimento pendular, migração diária ou migração pendular**.

Essa situação gera sérios prejuízos ambientais, sociais e econômicos às cidades e a seus habitantes, pois provoca intensa poluição do ar e sonora, eleva o gasto com combustíveis e o custo do frete do transporte de carga, resultando no aumento do preço das mercadorias comercializadas. Além disso, provoca uma retração de investimentos na cadeia produtiva, em virtude do alto custo arcado pelas empresas com o transporte de mercadorias.



O tempo perdido nos deslocamentos e nos congestionamentos aumenta o cansaço dos habitantes das áreas urbanas e pode ocasionar uma redução do tempo destinado à convivência familiar e social, ao estudo e ao lazer. Por isso, muitas pessoas procuram morar em bairros próximos a estações de trem ou metrô, ônibus e terminais de grandes vias de circulação para reduzir o tempo de deslocamento. Isso faz com que os terrenos e as construções existentes nessas áreas tenham uma valorização econômica expressiva.

Diferentes medidas vêm sendo adotadas para solucionar o problema do trânsito nas grandes cidades. Entre elas está o sistema de rodízio de veículos, introduzido, por exemplo, na cidade de São Paulo. Nesse sistema, os carros são proibidos, sob pena de multa, de circular no centro expandido da cidade uma vez por semana nos horários de pico. Outra medida é a ampliação das vias de circulação. Essas ações, no entanto, surtem pouco efeito no trânsito das cidades, em virtude do crescimento constante da frota de veículos particulares.

Para solucionar esse grave problema de mobilidade urbana de modo efetivo, é necessária a ampliação de investimentos no transporte coletivo. Aumentar a oferta desse tipo de transporte, sobretudo da malha metroviária, e investir na integração dos diferentes modais faz com que parte da população opte por esses meios de locomoção, em detrimento dos automóveis particulares.

Saneamento básico

Em seu sentido mais amplo, saneamento diz respeito às medidas adotadas sobre o meio ambiente, que têm como objetivo **promover a saúde dos cidadãos, garantir a sua qualidade de vida e preservar os recursos naturais**.

O **Saneamento básico** inclui o abastecimento de água, a coleta, o tratamento e o destino final dos esgotos domésticos, a coleta, o tratamento e o destino final adequado dos resíduos sólidos, a drenagem das águas da chuva e o controle de vetores.

Os serviços de saneamento básico são ferramentas poderosas contra a disseminação de doenças por meio de águas contaminadas ou pelo contato direto com fezes e detritos, além de impedir a proliferação de animais transmissores de zoonoses.

No Brasil, como na maioria dos países, o desenvolvimento das práticas e das estruturas de saneamento se confunde com crescimento das cidades.

Infelizmente, as obras de saneamento não acompanharam o crescimento da população e das cidades ao longo das décadas. Segundo o Instituto Trata Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, não houve investimentos significativos nessas áreas, gerando um enorme déficit que ainda não foi recuperado.

Os prejuízos para o saneamento datados dessa época se refletem nos dias atuais, em que poucas cidades brasileiras têm índices satisfatórios na prestação desses serviços básicos. A falta ou a ineficiência de medidas de saneamento sobrecarrega o sistema de saúde com casos que poderiam ser evitados e que custariam menos se a prevenção fosse a política adotada.

Os serviços de água tratada, de coleta e de tratamento dos esgotos levam à melhoria da qualidade de vida das pessoas, sobretudo, na saúde infantil, com a redução da mortalidade, melhorias na educação, na expansão do turismo, na valorização dos imóveis, na renda do trabalhador, na despoluição dos rios, na preservação dos recursos hídricos etc.



Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), atualmente, 83,3% dos brasileiros têm abastecimento de água tratada, mas há **35 milhões de brasileiros sem acesso a esse serviço**. Em média, **perdemos 37% de toda a água tratada no nosso país**, principalmente, devido à falta de manutenção das redes de distribuição, aos vazamentos e às ligações clandestinas, o que resulta em um prejuízo anual de mais de 8 bilhões de reais.

Para a coleta e tratamento dos esgotos domésticos, os dados são ainda menos satisfatórios: 50,3% do esgoto produzido é coletado, e apenas 42,67% é tratado. A maior parte do esgoto não tratado é lançado *in natura* nos corpos d'água, poluindo os mananciais e tornando ainda mais caro o tratamento da água dos rios para o consumo humano. Como consequência, as companhias de abastecimento têm que buscar água cada vez mais longe dos centros urbanos, o que encarece o serviço.

Estudo do Instituto Trata Brasil, por exemplo, mostrou que o Brasil convive anualmente com centenas de milhares de casos de internação por diarreias (400 mil casos em 2011, sendo 53% de crianças de 0 a 5 anos), muito disso devido à falta de saneamento.

Um estudo do BNDES estima que 65% das internações em hospitais de crianças com menos de 10 anos sejam provocadas por males oriundos da deficiência ou da inexistência de esgoto e água limpa, o que impacta também o desempenho escolar, pois crianças que vivem em áreas sem saneamento básico apresentam 18% a menos no rendimento escolar.

É válido salientar que os índices de cobertura nacional dos serviços de saneamento básico são muito importantes na determinação do nível de desenvolvimento de um país, pois refletem a qualidade de vida e de saúde de seus habitantes.

Já a falta de coleta de lixo provoca não apenas a contaminação das águas, mas também do solo, além de causar a proliferação de insetos e ratos e a transmissão da leptospirose pela urina do rato. No Brasil, há coleta de lixo, com alguma regularidade, em 90% dos municípios. Quase metade dos resíduos, porém, ainda é depositado em lixões, ou nos chamados **aterros controlados**. Nesse tipo de aterro, há alguns procedimentos mínimos de cuidado, como o controle dos volumes e a deposição regular de cal ou terra para evitar a proliferação de insetos e diminuir o mau cheiro.

Em 2010, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Entre outras medidas, a lei estabeleceu que o ano de 2014 seria o prazo final para as prefeituras erradicarem os lixões e passarem a depositar o lixo em **aterros sanitários**, considerados o destino mais adequado para o lixo urbano. No entanto, a legislação foi alterada e o prazo final passou para o período entre o final de 2020 a 2 de agosto de 2024, conforme o porte populacional do município e outros critérios específicos. Para capitais de estados e municípios integrantes de regiões metropolitanas e RIDEs, o prazo final é 2 de agosto de 2021.

São áreas nas quais os resíduos são compactados e cobertos por terra. Terrenos assim têm sistemas de drenagem que captam líquidos e gases resultantes da decomposição dos resíduos orgânicos. Dessa forma, o solo e o lençol freático ficam protegidos da contaminação do chorume, e o metano é coletado para armazenamento, podendo ser utilizado para gerar energia em termelétricas.

No entanto, ainda há 3 mil lixões ativos no Brasil. O principal fator que impede a criação de aterros é o seu alto custo. O compartilhamento de aterros sanitários entre municípios de uma mesma região é uma estratégia defendida por alguns pesquisadores.



Violência urbana

Até a metade da década de 1960, o Brasil era um país majoritariamente rural. A partir dessa data, passou por um processo de urbanização acelerada, que teve como causas um rápido processo de industrialização e o êxodo rural.

A mecanização do campo liberou grandes contingentes de trabalhadores das suas atividades rurais. Esse fator, somado à histórica concentração de terras, às péssimas condições de vida no meio rural e à maior oferta de emprego nas cidades, levou milhões de trabalhadores a se deslocarem do campo para a cidade em um período de poucas décadas.

As cidades não tiveram tempo nem condições de se adaptarem, ocasionando o surgimento de grandes problemas urbanos. Os migrantes do campo foram residir na periferia das cidades. Nesses lugares faltava quase tudo, infraestrutura, saneamento, áreas verdes e de lazer, saúde, educação, transporte de qualidade e moradia. Soma-se a isso tudo a carência de emprego, o que gera um ambiente propício para a explosão da violência e da criminalidade. E foi o que aconteceu.

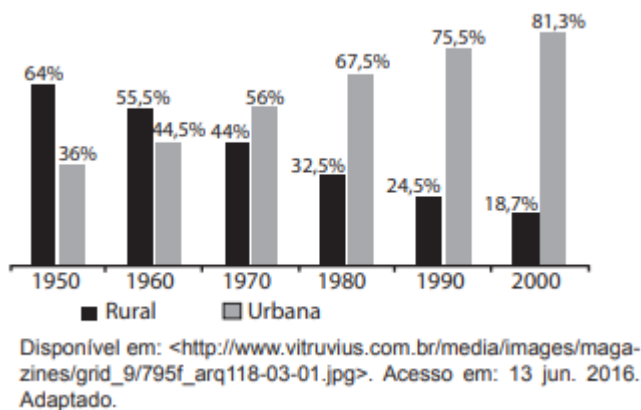
O Brasil é o país com o maior número de homicídios do mundo. A violência urbana tem como causas:

- **Ausência ou omissão do Estado (poder público), principalmente nas periferias:** lembre-se sempre de que educação, saúde, trabalho, moradia, lazer e segurança são direitos sociais garantidos constitucionalmente aos cidadãos. Cabe ao Poder Público provê-los à coletividade;
- **Exclusão social, desigualdade social ou má distribuição de renda:** observa-se que a pobreza é a principal causa da criminalidade, mas não a única. A relação não é direta, como causa e efeito, pois não se pode dizer que os ladrões surgem todos da pobreza. Aliás, sabemos disso muito bem no Brasil, considerando o grande número de larápios provenientes das classes mais abastadas;
- **Ação dos traficantes de drogas ilícitas:** o narcotráfico contribui significativamente para o aumento da violência e da sensação de insegurança nas cidades brasileiras.



QUESTÕES COMENTADAS – URBANIZAÇÃO – CESGRANRIO

1. (CESGRANRIO/IBGE/2016) No gráfico a seguir, é apresentada a evolução das populações urbana e rural no Brasil.



A partir da década de 1970, verifica-se a ultrapassagem do contingente de população urbana em relação à rural, que decorre do seguinte fator estrutural:

- (A) Expansão da agroecologia
- (B) Redução do analfabetismo
- (C) Regressão do rodoviarismo
- (D) Avanço da industrialização
- (E) Realização de megaeventos

COMENTÁRIOS:

Na década de 1970, o Brasil passou a ser um país predominantemente urbano. Nessa década, a população urbana ultrapassou a população rural. Isso ocorreu sobretudo devido ao **êxodo rural**, isto é, a migração do campo para as cidades, e ao crescimento vegetativo natural nas grandes cidades.

O **êxodo rural** está associado a dois condicionantes que se interligam: a **repulsão** da força de trabalho do campo e a **atração** dessa força de trabalho para as cidades.

Dentre as alternativas apresentadas, a que apresenta corretamente um fator que efetivamente contribuiu no crescimento da população urbana de forma mais acelerada em relação à população rural foi o **avanço da industrialização**.

O crescimento da produção industrial nos grandes centros urbanos representou uma força de atração para as cidades, pois necessitavam de trabalhadores para as fábricas. Ao mesmo tempo, a mecanização do campo foi uma força de repulsão do campo, ao substituir o trabalho braçal pelo trabalho da máquina. Esses dois



fatores foram as principais causas do movimento de êxodo rural no Brasil, que influenciou decisivamente no seu rápido processo de urbanização.

Gabarito: D

2. (CESGRANRIO/IBGE/2016) Se você vive em uma cidade, é provável que o ar que respira não esteja dentro dos padrões considerados saudáveis. Um relatório divulgado pela Organização Mundial da Saúde aponta que 80% da população urbana mundial estão expostos a poluentes em quantidade superior aos limites recomendados. No Brasil, das 45 cidades estudadas, 40 têm poluentes no ar em níveis maiores que os recomendados. A cidade brasileira com maiores níveis de poluição atmosférica é Santa Gertrudes, a cerca de 170 quilômetros da capital paulista. Segundo a prefeitura de Santa Gertrudes, a principal fonte de poluição no município vem da indústria de cerâmica, precisamente no transporte de material.

MATSUURA, S.; BAIMA, C. Poluição fatal. O Globo. Sociedade, 13 maio 2016. Adaptado.

Esse problema ambiental provoca um dano direto à vida cotidiana dos cidadãos, que é a(o)

- (A) ampliação da violência intraurbana
- (B) diminuição dos incentivos fiscais municipais
- (C) implantação do setor informal da economia
- (D) incremento de doenças cardiovasculares
- (E) decréscimo do número de leitos hospitalares

COMENTÁRIOS:

O texto da questão está falando sobre poluição atmosférica (do ar) nos centros urbanos. Esse é um dos principais problemas ambientais nas cidades, e representa grandes riscos à saúde humana. Automóveis e fábricas são os principais responsáveis pela poluição atmosférica nas cidades. Soma-se a isso a ausência ou baixa quantidade de árvores e vegetação, que atuam como “filtros” para purificar o ar.

A poluição atmosférica é responsável por muitos problemas respiratórios e cardiovasculares.

Não há nenhuma relação da poluição do ar com as demais alternativas da questão.

Gabarito: D

3. (CESGRANRIO/IBGE/2016) No Censo do IBGE de 2010, o país possuía uma população de aproximadamente 191 milhões de habitantes. Desses, cerca de 161 milhões viviam nas zonas urbanas, enquanto apenas 29 milhões viviam na zona rural. Mas nem sempre foi assim. Até a década de 1960, a maioria da população morava no campo e a quantidade de cidades era bem menor do que a atual. [...] Na década de 1970, o número de habitantes morando nas cidades foi, pela primeira vez, maior do que a população que vivia na zona rural. Esse crescimento do meio urbano proporcionalmente maior do que o do meio rural recebe o nome de Urbanização [...]



A partir de 1990, especialmente, há novas tendências no processo de urbanização brasileiro. Uma dessas tendências é a(o)

- (A) redução do custo de vida nas metrópoles
- (B) retração das áreas de ocupação irregular
- (C) alteração do ritmo de crescimento das grandes cidades
- (D) aumento na velocidade das migrações inter-regionais
- (E) colapso das políticas de planejamento urbano a favor das classes média e alta

COMENTÁRIOS:

A partir da década de 1990, uma nova tendência verificada no processo de urbanização brasileiro é a **alteração no ritmo de crescimento das grandes cidades**. Após algumas décadas de acelerada expansão, o crescimento nas grandes cidades se tornou mais lento do que era verificado no passado.

Isso não significa que as grandes cidades pararam de crescer, ou que seu crescimento está negativo, mas que as **taxas de crescimento estão menores**.

Ao mesmo tempo, as **cidades médias** (cidades que possuem entre 100 mil a 500 mil habitantes) passaram a se expandir no país, o que tem relação com a alteração no ritmo de crescimento das cidades grandes.

Gabarito: C

4. (CESGRANRIO/IBGE/2016)



Disponível em: <<http://i216.photobucket.com/albums/cc225/faelsim/RMNordeste.jpg>>. Acesso em: 30 maio 2016.

Na Figura, as áreas urbanas destacadas nos estados do Nordeste correspondem, exclusivamente, a



- A) regiões administrativas
- B) centros regionais
- C) regiões metropolitanas
- D) capitais estaduais
- E) regiões de integração

COMENTÁRIOS:

As áreas destacadas no mapa correspondem as regiões metropolitanas da região Nordeste. Fica fácil de distinguir quando vemos que das 10 áreas destacadas, oito estão em capitais estaduais. As capitais brasileiras, em sua grande maioria, formaram, ao longo do tempo, grandes centros urbanos, que, devido ao seu crescimento, acabaram consolidando regiões metropolitanas. Exceção feita ao estado do Piauí, que não possui região metropolitana, mas possui a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, e, por isso, não consta na figura. Seu objetivo é semelhante ao de uma região metropolitana, mas abrange municípios de estados diferentes.

Além disso, no mapa há duas regiões metropolitanas que não se situam em capitais: a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense e a Região Metropolitana do Cariri.

Gabarito: C

5. (CESGRANRIO/IBGE/2014) As capitais estaduais brasileiras podem ser analisadas de acordo com o seu crescimento populacional, desde o primeiro censo brasileiro em 1872 até o censo de 2000. Entre as capitais mais antigas, opõem-se aquelas que tinham certo avanço à época do primeiro recenseamento e que, gradualmente, o perderam, como Salvador, e aquelas que conheceram um crescimento mais rápido. Finalmente, outras capitais conheceram um crescimento regular, ou seja, as capitais regionais que crescem com a região sobre a qual exercem atração, como Manaus.

THÉRY, H. e MELLO, N. Atlas do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 174. Adaptado.

Com base no texto, qual a capital regional que conheceu, nesse período, um crescimento regular?

- a) Rio de Janeiro
- b) Recife
- c) Porto Alegre
- d) Fortaleza
- e) São Paulo

COMENTÁRIOS:



Pessoal, cuidado para não fazerem confusão. Nesta questão, o examinador não está utilizando como referência a classificação das cidades da REGIC do IBGE. Observem que, no início do fragmento textual, está escrito “capitais estaduais brasileiras”. Depois, na pergunta, o examinador vai escrever “capitais regionais”. Ele chamou as capitais estaduais brasileiras de capitais regionais. Segundo o Atlas do Brasil, no período de 1872 a 2010, Manaus, Belém e Porto Alegre conheceram um crescimento regular, ou seja, são capitais estaduais que cresceram com a região sobre a qual exercem atração.

Gabarito: C

6. (CESGRANRIO/IBGE/2014) Com o avanço da urbanização do território brasileiro, nas áreas metropolitanas, surgiu um processo demográfico caracterizado pela migração diária de população trabalhadora entre municípios próximos, dependente, em grande medida, dos transportes coletivos e de massa.

Esse movimento de população é denominado

- a) imigração
- b) migração de retorno
- c) transmigração
- d) migração pendular
- e) transumância

COMENTÁRIOS:

Migração pendular é um movimento populacional regular em que as pessoas viajam da cidade em que residem para outra cidade onde trabalham ou estudam em tempo integral. A rigor, não se trata de uma migração, já que o tempo de permanência não é longo e os movimentos definidos como migração são entendidos como movimentos definitivos ou de longa duração.

Gabarito: D

7. (CESGRANRIO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO RN/2011) A metropolização corresponde ao processo de formação de metrópoles, que é acompanhado do crescimento acelerado de certas cidades, como reflexo da modernização e da concentração econômica em alguns pontos do território. Há, contudo, uma tendência atual de reversão no crescimento das grandes metrópoles porque indústrias e empresas do setor de serviços passam a escolher localizações geográficas alternativas às saturadas metrópoles, provocando redução nos índices de crescimento das grandes cidades e aumento dos índices de crescimento das cidades médias.

Qual o nome desse fenômeno?

- (A) Megalópole
- (B) Desmetropolização



- (C) Metrópole expandida
- (D) Macrocefalia urbana
- (E) Região metropolitana

COMENTÁRIOS:

A desmetropolização é um fenômeno recente que consiste na “fuga” de pessoas e empresas dos grandes centros inchados e saturados para cidades de pequeno e médio porte.

Gabarito: B



QUESTÕES COMENTADAS – URBANIZAÇÃO – CEBRASPE

1. (CEBRASPE/IBGE/2021) Quando pessoas de classes sociais de alto poder aquisitivo agrupam-se em condomínios fechados, normalmente distantes dos centros urbanos, nota-se que assim se configuram os enclaves urbanos, ou seja, quando dentro ou no entorno de seu território de atuação há a consolidação de territorialidades que se colocam à parte da vida urbana ao mesmo tempo em que utilizam serviços e equipamentos urbanos, de modo seletivo no tempo e no espaço, temos um usufruto sem o compromisso com a vida cidadina.

Internet: <e-revista.unioeste.br> (com adaptações).

Ao afirmar que o agrupamento urbano e seu usufruto ocorrem sem o compromisso com a devida vivência cotidiana, o texto remete ao conceito de

- A) autossegregação urbana.
- B) equidade social cidadina.
- C) disparidade urbano-rural.
- D) hierarquia urbana.
- E) sítios urbanos.

COMENTÁRIOS:

O enunciado se refere ao conceito de **autossegregação urbana**, quando pessoas de alto poder aquisitivo vão residir em condomínios fechados, dotados de infraestrutura urbana, como escolas, mercados, farmácias etc. Constituem-se, assim, como um pequeno núcleo urbano dentro de uma área urbana. Por não ser imposta, mas uma escolha pessoal, utiliza-se o termo “auto” segregação.

Já a segregação urbana, ou segregação espacial, é entendido como um movimento que não ocorre de forma voluntária, mas por necessidade. Refere-se à periferização ou marginalização de determinadas pessoas ou grupos sociais de menor poder aquisitivo no espaço das cidades. No Brasil, o exemplo de segregação urbana mais comum são as favelas.

Equidade social cidadina não é um conceito que se encontra nas bibliografias de geografia, mas pode ser entendido como a justiça e o tratamento isonômico entre habitantes de uma cidade.

Disparidade urbano-rural se refere às disparidades, às desigualdades, entre as áreas urbanas e as áreas rurais.

Hierarquia urbana é a organização das cidades pelos seus níveis de influência no território. No Brasil, São Paulo ocupa isoladamente o topo da hierarquia urbana.

Sítio urbano é o local de origem de uma cidade, geralmente associado à localização topográfica da construção da cidade.



Gabarito: A

2. (CEBRASPE/IBGE/2021)



Camelôdromo de Uruguaiana no Rio de Janeiro. Internet: <vejario.abril.com.br>.

No Brasil, as atividades que mais concentraram pessoas em ocupações sem carteira assinada, no ano de 2020, foram serviços domésticos (72,5%), agropecuária (67,2%) e construção (64,5%). Segundo o IBGE, desde 2014, em decorrência do desaquecimento do mercado de trabalho, houve ampliação relativa das ocupações sem carteira assinada, com destaque para transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação e construção.

Internet: <agenciabrasil.ebc.com.br> (com adaptações).

A figura e o texto apresentados remetem

- A) ao papel do Estado e das classes sociais no trabalho formal.
- B) à situação da população diante da informalidade na economia brasileira.
- C) ao poder de consumo da população mais abastada de capital.
- D) às modernizações capitalistas urbano-industriais e informacionais.
- E) ao modelo de flexibilização das relações de trabalho e da mão de obra.

COMENTÁRIOS:

A figura mostra o Camelôdromo de Uruguaiana, no Rio de Janeiro. Os camelôdromos são locais onde se concentram vendedores ambulantes. Fazem parte da chamada **economia informal**. A economia informal envolve as atividades que estão à margem da formalidade, sem firma registrada, sem emitir notas fiscais,



sem empregados registrados e sem contribuir com impostos ao governo. Nos camelódromos, parte expressiva dos ambulantes pode ser de trabalhadores informais.

O texto fala sobre as ocupações que mais concentram pessoas em ocupações sem carteira assinada, e, também, que no período recente houve ampliação relativa das ocupações sem carteira assinada.

Assim, a imagem e o texto trazem um panorama da informalidade na economia brasileira. Não é uma crítica propriamente, pois não há nenhum juízo de valor, mas uma descrição dessa situação. Portanto, a figura e o texto apresentados remetem à situação da população diante da informalidade na economia brasileira.

Gabarito: B

3. (CESPE/TCE-AC/2009) As relações que as cidades estabelecem entre si geram uma divisão territorial de funções articuladas que constitui uma rede urbana. A localização e a especialização funcional estabelecem uma hierarquia entre cidades grandes, médias e pequenas. No Brasil, em 2008, o IBGE definiu uma hierarquia urbana segundo a qual as capitais regionais são

A) centros urbanos do País, com grande porte, fortes relacionamentos entre si e, em geral, extensa área de influência direta.

B) centros com atividades de gestão menos complexas, com área de atuação reduzida, cujos relacionamentos com centros externos à sua própria rede se resumem, em geral, àqueles com as três metrópoles nacionais.

C) cidades de menor porte, com atuação restrita à sua área imediata, que exercem funções de gestão elementares.

D) cidades com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles que têm área de influência de âmbito regional.

E) cidades que são polarizadas por outros centros e polarizam as vilas e áreas rurais vizinhas.

COMENTÁRIOS:

Segundo a definição do IBGE, as **capitais regionais** “são os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as metrópoles”.

Dentre as definições, a única correta é a alternativa “D”. São cidades com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, que têm área de influência de âmbito regional. As capitais regionais estão um grau abaixo das metrópoles na hierarquia da rede urbana brasileira. Sua área de influência é de âmbito regional, como seu próprio nome destaca.

Gabarito: D

4. (CESPE/TCE-AC/2009) O século XX, no Brasil, foi marcado pelo crescimento das cidades, tanto em número como em área e população. No início do século XXI, o processo de urbanização começou a diminuir, mas a desigualdade e a pobreza são um fato nas cidades brasileiras. A respeito do processo de urbanização no Brasil, assinale a opção correta.



- A) O aumento significativo da taxa de urbanização da população brasileira ocorreu, entre outros aspectos, em função da facilidade de acesso à habitação.
- B) A urbanização brasileira da segunda metade do século XX colocou a cidade em segundo plano em relação à região polarizadora.
- C) A causa básica da diminuição do processo de urbanização no início do século XXI foi o grande investimento do Estado nas atividades rurais.
- D) A rápida urbanização foi seguida, na mesma medida, por uma correspondente expansão dos serviços urbanos necessários à sobrevivência das classes trabalhadoras nas grandes cidades.
- E) A urbanização vertiginosa do século XX coincidiu com o fim do período de maior expansão da economia brasileira.

COMENTÁRIOS:

- a) **Incorreta.** A facilidade de acesso à habitação não foi um dos fatores do aumento da taxa de urbanização brasileira. O aumento da taxa de urbanização brasileira teve como principal fator o êxodo rural, uma migração em massa para as metrópoles e suas respectivas regiões metropolitanas. Durante esse período, o acesso à habitação não foi facilitado, pelo contrário, o processo de urbanização brasileiro é marcado pelo crescimento de ocupação de áreas irregulares, moradias precárias, crescimento de favelas e periferias.
- b) **Incorreta.** A questão faz uma grande mistura de conceitos, uma frase sem sentido lógico. A urbanização brasileira da segunda metade do século XX é marcada pelo crescimento das cidades em quantidade e em tamanho, o que conferiu a algumas cidades principais, as metrópoles, grande área de influência.
- c) **Incorreta.** O processo de urbanização no Brasil não diminuiu. A taxa de urbanização brasileira continua crescendo, mas em um ritmo muito mais lento do que verificado na segunda metade do século XX.
- d) **Incorreta.** O rápido processo de urbanização brasileiro ocorreu sem o devido planejamento para organizar o espaço urbano, ocasionando uma série de problemas de ordem socioeconômica e de infraestrutura nas cidades.
- e) **Correta.** Foi o período da industrialização brasileira, impulsionada na Era Vargas, com seguimento no governo de Juscelino Kubitschek e até a metade da década de 1970 (ditadura militar). Foi o período de maior expansão da economia brasileira. A industrialização levou a uma vertiginosa urbanização.

Gabarito: E



QUESTÕES COMENTADAS – URBANIZAÇÃO – FGV

1. (FGV/IBGE/2016) A tabela abaixo apresenta os dados sobre a mobilidade pendular nas regiões metropolitanas do estado de São Paulo, nos anos de 2000 e 2010:

Regiões	Volume dos movimentos pendulares		Percentual da População em Idade Ativa	
	2000	2010	2000	2010
RM de Campinas	171.033	311.992	9,8	14,02
RM de São Paulo	1.108.691	1.942.001	8,4	12,65
RM da Baixada Santista	128.064	201.023	11,7	15,51
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	84.621	149.597	5,9	8,50
Total	1.654.662	2.926.216	9,5	14,18

Fonte: Projeto mobilidade pendular na Macrometrópole – NEPO/UNICAMP - EMPLASA, 2013.

As pesquisas sobre deslocamentos pendulares são de fundamental importância para subsidiar o planejamento urbano e regional, pois fornecem um indicador da integração funcional entre localidades.

Compreende-se como mobilidade pendular e considera-se um dos efeitos de seu incremento para as regiões metropolitanas, respectivamente:

- (A) o deslocamento regular de pessoas para outros municípios, para fins de trabalho e/ou estudo, e de retorno aos seus domicílios; o aumento do contingente de passageiros nos transportes intermunicipais;
- (B) a circulação periódica de trabalhadores da casa para o trabalho e do trabalho para a casa; a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores residentes nos municípios da periferia da região metropolitana;
- (C) a transferência sazonal de trabalhadores das cidades médias para as grandes metrópoles em busca de emprego, lazer e moradia; a sobrecarga dos serviços de uso coletivo nas áreas centrais das regiões metropolitanas;
- (D) a migração interna e temporária de trabalhadores, consumidores e estudantes para as periferias metropolitanas; a diminuição do preço da terra no núcleo metropolitano;
- (E) o movimento estacional de pessoas em busca de serviços públicos na área core da metrópole; o aumento do custo de transporte para as pessoas que realizam deslocamentos intermunicipais.

COMENTÁRIOS:

Mobilidade pendular é o movimento populacional regular em que as pessoas viajam da cidade em que residem para outra cidade onde trabalham ou estudam em tempo integral. Também é conhecida por



migração pendular. Como é um movimento populacional regular, ocasiona o aumento do contingente de passageiros nos transportes intermunicipais. As pessoas se deslocam para municípios diferentes dos que residem.

Gabarito: A

2. (FGV/IBGE/2016) A teoria das localidades centrais considera os núcleos de povoamento, sejam grandes cidades ou núcleos semirurais, como localidades centrais. Estas, por sua vez, são dotadas de funções centrais, que são atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente da área de influência, em relação à qual a localidade central tem uma posição central.

O quadro abaixo apresenta as cidades de uma rede urbana hipotética e suas funções.

Cidades	Bens e serviços
1	R W Z Y X
2	W Z Y X
3	Z Y X
4	Y X
5	X

Adaptado de: Corrêa, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.

A partir da análise do quadro e da teoria das localidades centrais, é correto afirmar que:

- (A) dentre os bens ou serviços distribuídos na rede urbana hipotética, X é o consumido com menor frequência;
- (B) dentre os bens ou serviços distribuídos na rede urbana hipotética, R é o consumido com maior frequência;
- (C) dentre as cidades da rede urbana hipotética, a cidade 1 possui a menor área de influência;
- (D) dentre as cidades da rede urbana hipotética, a cidade 3 possui a maior centralidade;
- (E) dentre as cidades da rede urbana hipotética, a cidade 5 possui a menor centralidade.

COMENTÁRIOS:

Não precisa se apavorar com esta questão. A FGV é uma banca difícil mesmo. Com calma e atenção, pode-se resolver tranquilamente. São cinco cidades – 1, 2, 3, 4 e 5. E cinco tipos de bens e serviços – R, W, Z, Y e X. Vejamos cada alternativa:

(A) Incorreta. O bem e serviço X é consumido nas cinco cidades, é o consumido com maior frequência.



(B) Incorreta. “R” só é consumido na cidade 1, é o bem e serviço consumido com menor frequência.

(C) Incorreta. A cidade 1 está no topo da hierarquia urbana, sua área de influência é a maior, abrange as cidades 2, 3, 4 e 5.

(D) Incorreta. A cidade 3 está no terceiro nível da hierarquia urbana. As cidades 1 e depois a 2 possuem mais centralidade que a 3.

(E) Correta. A cidade 5 não exerce influência nas demais cidades, é a de menor centralidade.

Gabarito: E

3. (FGV/IBGE/2016) O texto a seguir descreve duas fases do processo de urbanização do território brasileiro após a década de 1950.

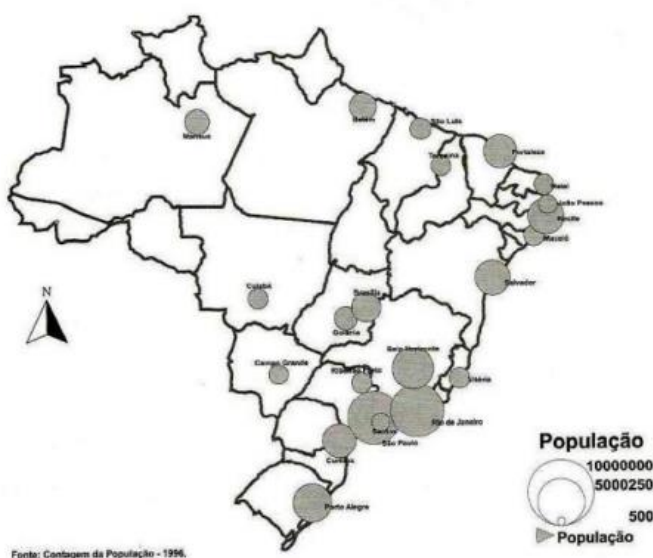
“Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 1950, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da respectiva população - dos núcleos com mais de 20 mil habitantes, e em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio [...].”

Fonte: SANTOS, M. e SILVEIRA, M. Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001: 202.

Mapa 1
Cidades com mais de 500 mil habitantes – 1960



Mapa 2
Cidades com mais de 500 mil habitantes – 1996



Fonte: SANTOS, M. e SILVEIRA, M. Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

A terceira fase, representada nos mapas, caracterizou-se pela:

(A) urbanização difusa;

(B) reurbanização;



- (C) metropolização;
- (D) explosão demográfica;
- (E) periurbanização.

COMENTÁRIOS:

Letra A, incorreta. A urbanização brasileira foi acelerada, desigual e concentradora. Se foi concentradora, não poderia ter sido difusa.

Letra B, incorreta. Reurbanização é dotar um espaço urbano degradado ou decadente com uma melhor infraestrutura para que se tenha uma melhor qualidade de vida e revalorização do espaço no meio urbano.

Letra C, correta. A urbanização foi essencialmente concentradora. Em 1950, o Brasil tinha três cidades de grande porte: apenas Rio de Janeiro, São Paulo e Recife abrigavam mais de 500 mil habitantes. Em 2000, nada menos que 31 cidades já tinham ultrapassado essa marca, número que chega a 38 em 2010. A concentração espacial determinou a aglomeração espacial: o resultado foi a metropolização, ou seja, a formação das metrópoles. A fonte da questão é o livro *Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI* (Rio de Janeiro: Record, 2001: 202). Vejamos o que dizem os autores: *Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número – e da respectiva população – dos núcleos com mais de 20 mil habitantes, e em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável de cidades milionárias e de grandes cidades médias.*

Letra D, incorreta. O conceito de explosão demográfica relaciona-se com um aumento elevado, acelerado e repentino da população.

Letra E, incorreta. Periurbanização consiste no processo de expansão urbana para além dos subúrbios de uma cidade, caracterizando-se pelo desenvolvimento de atividades e estruturas urbanas misturadas com atividades rurais.

Gabarito: C

4. (FGV/PM-MA/2012) A estrutura das maiores metrópoles brasileiras apresenta situações e problemas que revelam a complexidade dos grandes espaços urbanos.

As alternativas a seguir apresentam corretamente situações ou problemas relativos à organização interna das metrópoles brasileiras, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A segregação residencial exclui grupos de renda mais baixa dos espaços reservados para os grupos economicamente dominantes.
- b) O uso do solo urbano mostra grande diversidade – residencial, industrial, comercial, de serviços ou misto.
- c) A estrutura viária atende com eficiência os fluxos realizados pelos trabalhadores entre suas áreas de moradias e seus locais de trabalho.



d) A área central corresponde, quase sempre, ao centro histórico e, em alguns casos, ao moderno centro de negócios.

e) A proliferação de subcentros de comércio e de serviços resulta da expansão da metrópole em termos físicos e populacionais.

COMENTÁRIOS:

Ora pessoal, sabe-se que, nas metrópoles brasileiras, a estrutura viária não atende com eficiência os fluxos realizados pelos trabalhadores entre suas áreas de moradias e seus locais de trabalho. O trânsito é muitas vezes caótico, o transporte coletivo deficiente e os engarrafamentos são diários e às vezes atingem dezenas ou centenas de quilômetros, conforme a metrópole.

Gabarito: C



QUESTÕES COMENTADAS – URBANIZAÇÃO – MULTIBANCAS

1. (FEPESE/PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC/2021) Sobre o processo de metropolização do Brasil, é correto afirmar:

1. Em um primeiro momento, a urbanização brasileira caracterizou-se pelo crescimento dos maiores centros urbanos, que correspondiam, na maioria das vezes, às capitais estaduais ou aos centros industriais de maior expressão, como por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, entre outros.
2. O forte incremento populacional urbano fez nascer as principais metrópoles de nosso país, cidades com mais de um milhão de habitantes, caracterizadas pela concentração de capitais e da produção e por uma diversificada infraestrutura de serviços como saúde, educação e lazer.
3. O grande afluxo de migrantes em direção às metrópoles brasileiras gerou um processo de crescimento exagerado e desordenado de suas áreas urbanas, que em muitos casos uniram-se às áreas urbanas de cidades próximas, criando grandes aglomerações.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) É correta apenas a afirmativa 1.
- B) É correta apenas a afirmativa 3.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

COMENTÁRIOS:

1 - Correta. Até meados dos anos 1960, a população brasileira era predominantemente rural. Entre as décadas de 1950 e 1980, houve um intenso crescimento da população urbana, com milhões de pessoas que migraram do campo para as cidades. Isso levou ao crescimento dos maiores centros urbanos, que correspondiam, na maioria das vezes, às capitais estaduais ou aos centros industriais de maior expressão, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, entre outros.

2 - Correta. O intenso crescimento populacional, concentrado em algumas cidades do território, fez nascer as principais metrópoles brasileiras. Não há uma definição única e absoluta sobre o conceito de metrópole. Então, para ser considerada metrópole, não é necessário que tenha mais de um milhão de habitantes, no entanto, na maioria dos casos, são cidades com grande população, que passam de um milhão de habitantes.

A principal característica que define uma metrópole é a influência e a polarização que essas exercem a uma rede de municípios, influência essa de ordem econômica, política e sociocultural. Essa polarização é



resultado de uma concentração de capitais e da produção, além de uma diversificada infraestrutura de serviços como saúde, educação e lazer.

3 - Correta. O grande afluxo migratório em direção às cidades foi o principal responsável pelo crescimento das metrópoles brasileiras. Foi um crescimento rápido, exagerado e desordenado de suas áreas urbanas. À medida que as cidades vão se expandindo horizontalmente, o seu crescimento extrapola às suas áreas municipais, unindo-se e aglomerando-se à área urbana dos municípios próximos. A esse processo dá-se o nome de conurbação.

Gabarito: E

2. (FCC/METRO SP/2015) Considere as seguintes afirmações:

I. A falta de moradias ou déficit habitacional é uma das consequências do rápido crescimento da metrópole paulista.

II. A região metropolitana de São Paulo tem como uma de suas características a pequena desigualdade socioeconômica entre seus habitantes.

III. Um dos grandes desafios da metrópole paulista é ampliar a mobilidade urbana.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II.
- e) II e III.

COMENTÁRIOS:

I. Correta. O crescimento rápido e desordenado da cidade de São Paulo ocasionou vários problemas urbanos, sendo um deles a falta de moradias ou déficit habitacional.

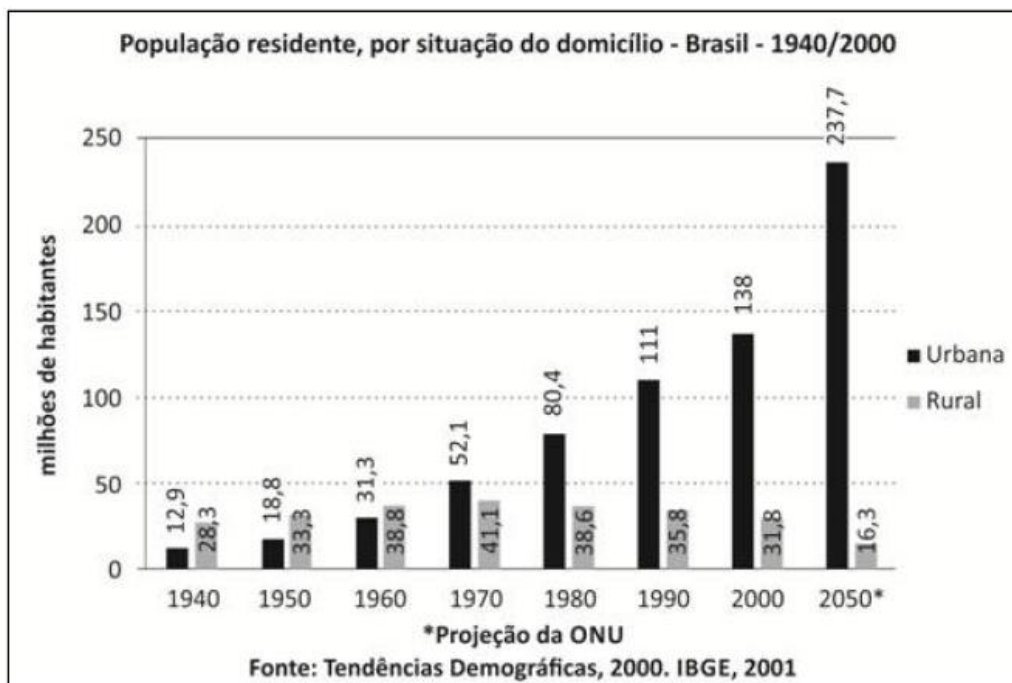
II. Incorreta. São grandes as desigualdades econômicas, sociais e geográficas na região metropolitana de São Paulo.

III. Correta. Um dos grandes desafios da metrópole paulista é ampliar a mobilidade urbana. Ampliar os meios de transporte coletivo; torná-los mais rápidos, confortáveis e baratos; transportar mais passageiros por metrô; promover a intermodalidade; dar mais fluidez ao trânsito e mais acessibilidade para quem anda a pé pela cidade são grandes desafios para a mobilidade urbana de São Paulo.

Gabarito: B



3. (CONSULPLAN/PREFEITURA DE NATIVIDADE/2014) De acordo com informações da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2005, o Brasil registrava uma taxa de urbanização de 84,2% e, de acordo com algumas projeções, até 2050, a porcentagem da população brasileira que vive em centros urbanos deve saltar para 93,6%. Em termos absolutos serão 237,751 milhões de pessoas morando nas cidades do país na metade deste século, como mostra a figura a seguir.



Sobre a urbanização no Brasil, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() A urbanização do país não se distribui igualitariamente por todo o território nacional, concentrando-se, principalmente, na região Sudeste, formada pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

() Apenas no início do século XXI é que a população rural declinou de forma acentuada, tornando-se grande minoria, o que caracterizou o país como uma nação intensamente urbanizada.

() O processo de urbanização no Brasil se assemelha ao europeu pela forma lenta que se deu, diferenciando apenas do fato de que na Europa foi menos volumosa e acompanhada pela oferta de empregos urbanos, moradias, escolas, saneamento básico etc.

() A urbanização vem ocorrendo de maneira desordenada, de forma que os municípios encontram-se despreparados para atender às necessidades básicas dos migrantes, gerando uma série de problemas sociais e ambientais, dentre os quais destacam-se o desemprego, a criminalidade e a favelização.

A sequência está correta em

a) F, F, V, V.

b) F, V, V, F.



c) V, F, V, F.

d) V, F, F, V.

COMENTÁRIOS:

Primeira alternativa – Verdadeira. A urbanização do país não se distribui igualmente por todo o território nacional, concentrando-se, principalmente, na região Sudeste, formada pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Segunda Alternativa – Falsa. O Censo de 1960 indicou que 55% da população era rural. No Censo seguinte, de 1970, a população rural já passou a ser minoria, com 44%. Em 2000, 81% da população era urbana. Até a década de 1960, a população rural cresceu em números absolutos. A partir daí, passou a diminuir.

Terceira Alternativa – Falsa. A urbanização brasileira foi acelerada. Em poucas décadas, o Brasil alcançou um alto percentual de população urbana. Foi um processo desordenado, sem a implementação de políticas indispensáveis para a inserção urbana digna da massa que abandonou o meio rural brasileiro.

Quarta Alternativa – Verdadeira. A urbanização vem ocorrendo de maneira desordenada, de forma que os municípios encontram-se despreparados para atender às necessidades básicas dos migrantes, gerando uma série de problemas sociais e ambientais, dentre os quais destacam-se o desemprego, a criminalidade e a favelização.

Gabarito: D (V, F, F, V)

4. (CONSULPLAN/IBGE/2009) À medida que ocorre o crescimento espacial surgem alguns fenômenos urbanos. A partir desta afirmativa, relacione o fenômeno urbano (Conurbação, Megalópole e Região Metropolitana) com sua respectiva definição:

1. Conurbação.

2. Megalópole.

3. Região Metropolitana.

() Trata-se da união espacial (combinação) de várias grandes cidades (metrópoles), formando uma gigantesca área urbanizada.

() É uma união espacial de cidades vizinhas, devido ao crescimento horizontal.

() É o conjunto de municípios contíguos e interligados socioeconomicamente a uma cidade principal (metrópole) com serviços públicos e infraestrutura comum

A sequência está correta em:

A) 1, 2, 3

B) 3, 2, 1



C) 2, 3, 1

D) 2, 1, 3

E) 1, 3, 2

COMENTÁRIOS:

Megalópole é o conjunto de metrópoles interligadas, formando uma gigantesca área urbanizada. Conurbação é o conjunto formado por duas ou mais cidades próximas em que ocorre interação física e funcional entre elas, como São Paulo e Osasco, por exemplo, duas cidades do estado de São Paulo. Regiões metropolitanas correspondem a grandes espaços urbanizados, formados por municípios adjacentes, integrados funcional e socioeconomicamente a uma metrópole.

Gabarito: D (2,1,3)

5. (CONSULPLAN/IBGE/2009) Considerando a atuação do Estado no processo de urbanização no Brasil, pode-se afirmar que:

A) A ação do Estado deu-se sempre no sentido de intervir para “ajustar a desordem”, por meio do planejamento urbano.

B) Um dos melhores exemplos para expressar a histórica capacidade do Estado brasileiro de sustentar qualquer processo de planejamento urbano são as experiências de cidades projetadas, como Belo Horizonte, em 1987; Goiânia, em 1935 e Brasília, em 1960.

C) Brasília e sua periferia são a comprovação da consistência do planejamento urbano no Brasil.

D) O poder público sempre buscou controlar a reprodução da segregação espacial.

E) O poder público ao longo do processo de urbanização no Brasil age de forma paternalista ao urbanizar favelas, legitimando movimentos sociais urbanos como dos sem-terra, dos pró-favelas e dos cortiços, dando títulos de posse para terrenos irregulares, asphaltando e urbanizando loteamentos com ruas e casas em desalinho.

COMENTÁRIOS:

A) **Errada.** A regra tem sido essa, o Estado brasileiro atua para fazer o planejamento urbano possível em cidades e zonas urbanas de urbanização consolidada. Claro que o Estado brasileiro tem atuado em prol de melhorar e planejar a expansão urbana das cidades brasileiras. Há muitos esforços e programas recentes nesse sentido. Mas foram raros os casos em que atuou para planejar a construção de cidades, como Brasília, Palmas, Goiânia e Belo Horizonte.

B) **Errada.** Não existiu e não existe essa capacidade histórica de o Estado brasileiro sustentar “qualquer” processo de planejamento urbano. Belo Horizonte foi projetada no século XIX e inaugurada em 1897.

C) **Errada.** A fundação e o crescimento de Brasília produziram o entorno, periferia que fica na divisa do Distrito Federal com Goiás. São cidades não planejadas e com grandes problemas urbanos e sociais. Também



a população do Distrito Federal é várias vezes maior do que a prevista quando do seu planejamento. Portanto, comprovações da fragilidade do planejamento urbano no Brasil.

D) **Errada.** Historicamente, o poder público não demonstra capacidade de controlar a segregação espacial.

E) **Certa.** Este é o gabarito, mas é complicado dizer que, ao longo do processo de urbanização no Brasil, o poder público tem agido de forma paternalista ao urbanizar favelas. A urbanização de favelas e assentamentos precários é, em regra, conquista dos movimentos sociais urbanos. Claro que eram terrenos irregulares e a urbanização se processa sobre uma ocupação já consolidada com muitas ruas e casas em desalinho.

Gabarito: E

6. (CONSULPLAN/IBGE/2009) Analise as afirmativas acerca dos problemas sociais e urbanos brasileiros:

1. É muito comum ainda, nas cidades brasileiras, a morte de crianças por doenças transmissíveis, principalmente quando a elas se junta a desnutrição.
2. A ampliação da infraestrutura urbana como água encanada, pavimentação de ruas, iluminação, transportes, redes de esgotos, tem acompanhado a periferia, beneficiando grande contingente populacional.
3. Nos terrenos muito inclinados, os moradores veem colocadas em perigo suas próprias vidas quando as chuvas fortes provocam erosão, deslizamentos e desmoronamentos.

É (são) verdadeira(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) 1, 3
- B) 1, 2
- C) 2, 3
- D) 1
- E) 2

COMENTÁRIOS:

1. VERDADEIRA. É muito comum esse tipo de morte de crianças no Brasil.

2. FALSA. Cabe destacar que os investimentos em infraestrutura urbana, como água encanada, pavimentação de ruas, iluminação, transportes e redes de esgotos cresceram muito no Brasil nos últimos anos, beneficiando milhões de pessoas. No entanto, ainda são insuficientes para atender ao déficit desses serviços que abrange grande contingente populacional das cidades e das suas periferias.

3. VERDADEIRA. Nos últimos anos, o Brasil, infelizmente, tem convivido com notícias de tragédias de erosão, deslizamentos e desmoronamentos, como as da região serrana do Rio de Janeiro. Em todas elas, havia a



presença de moradores e moradias em terrenos muito inclinados, em áreas de risco, impróprias para a ocupação humana.

Gabarito: A (1,3)

7. (CONSULPLAN/IBGE/2008) Sobre as regiões metropolitanas brasileiras pode-se afirmar que, EXCETO:

- a) As regiões metropolitanas do Brasil, criadas em 1973, por lei aprovada no Congresso Nacional, são definidas como um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestrutura comum.
- b) No Brasil, são legalmente reconhecidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) treze regiões metropolitanas, as quais localizam-se no entorno das capitais brasileiras.
- c) As regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro são consideradas nacionais, pois polarizam o país inteiro e as demais, são consideradas regionais ou locais, devido à abrangência da rede de polarização.
- d) Existem regiões metropolitanas que constam de aglomerações urbanas constituídas de duas ou mais cidades médias ou pequenas, nas quais a polarização de uma cidade de destaque pode ocorrer apenas em nível local.
- e) A metrópole paulista localizada em uma região metropolitana nacional é também considerada uma cidade global, pois está integrada aos fluxos mundiais.

COMENTÁRIOS:

a) Correto. As primeiras regiões metropolitanas do Brasil foram criadas em 1973, por meio de uma lei federal. Com a Constituição Federal de 1988, a criação de regiões metropolitanas passou a ser de competência dos estados. Pode-se definir regiões metropolitanas como um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestrutura comum.

b) Incorreta. O IBGE não tem o poder legal de reconhecer ou não regiões metropolitanas, pois estas são criadas por leis estaduais.

c) Correta. As regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro são consideradas nacionais, pois polarizam o país inteiro e as demais, são consideradas regionais ou locais, devido à abrangência da rede de polarização.

d) Correta. A Constituição de 1988 atribuiu aos estados a competência para criação de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Cada estado define seus critérios para a criação de regiões metropolitanas. Isso fez com que esse instituto fosse bastante desvirtuado por alguns estados, como Paraíba, Santa Catarina e Alagoas, que contam com 12, 10 e 6 regiões metropolitanas respectivamente. Sim, acreditem! E há no Brasil regiões metropolitanas com dois municípios e menos de trinta mil habitantes. Uma completa aberração!

e) Correta. São Paulo está no topo da hierarquia urbana brasileira, é a grande metrópole nacional. Juntamente com o Rio de Janeiro, integra o seletor grupo das 40 cidades mais importantes do mundo, as



ciudades globais, na classificação de Saskia Sassen. O conceito de cidades globais está diretamente ligado à noção de poder. Essas cidades funcionam como centros de gestão de redes mundiais que desempenham funções políticas e econômicas de primeira grandeza. As cidades globais são centros de tomadas de decisões que afetam profundamente a vida das nações do mundo inteiro. Nessas cidades situam-se os principais mercados financeiros, as grandes instituições multilaterais, as sedes das mais poderosas empresas transnacionais.

Gabarito: B

8. (CONSULPLAN/IBGE/2008) Observe a tabela abaixo e responda à questão:

Taxa de Urbanização Brasileira Por Regiões (%) Brasil, 1950-1996

Região	1950	1970	1996
Sudeste	44,5	72,7	89,3
Sul	29,5	44,3	77,2
Nordeste	26,4	41,8	65,2
Centro-Oeste	24,4	48,0	84,4
Norte	31,5	45,1	62,4
Brasil	36,2	55,9	78,4

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1997.

A tabela demonstra que o processo de urbanização da população brasileira se intensificou com o passar dos anos. Assinale a alternativa que contenha as regiões brasileiras nas quais esse processo ocorreu de forma mais intensa e menos intensa no período de 1970/1996, respectivamente:

- a) Sul e Centro-Oeste.
- b) Centro-Oeste e Sudeste.
- c) Nordeste e Norte.
- d) Sul e Norte.
- e) Sudeste e Nordeste.

COMENTÁRIOS:

Pessoal, é só comparar as taxas de urbanização em 1970 com as de 1996. Diminuir o percentual de 1996 em relação ao de 1970. Assim, temos:



Sudeste: $89,3\% - 72,7\% = 16,6\%$

Sul: $77,2 - 44,3 = 32,9$

Nordeste: $65,2 - 41,8 = 23,4$

Centro-Oeste: $84,4 - 48,0 = 36,4$

Norte: $62,4 - 45,1 = 17,4$

No período de 1970 a 1996, o processo de urbanização ocorreu de forma mais intensa no Centro-Oeste e menos intensa no Sudeste.

Gabarito: B

9. (NCE RJ/IBGE/2005) O processo de urbanização acelerou-se no Brasil a partir da década de 1960, resultando no crescimento da população urbana e na extensão da rede urbana por todo o território. No entanto, esse processo não foi equilibrado e teve como consequência:

- (A) o esvaziamento populacional das cidades médias;
- (B) o esvaziamento das Regiões Metropolitanas;
- (C) a concentração de população nas cidades médias e pequenas;
- (D) a concentração de população nas Regiões Metropolitanas;
- (E) a expansão das cidades pequenas e o esvaziamento das capitais.

COMENTÁRIOS:

O processo de urbanização brasileira não foi planejado, foi rápido e desordenado. Uma das consequências de como o processo se deu foi a concentração de população nas Regiões Metropolitanas, que ofereciam as melhores condições de trabalho e maior diversidade de serviços urbanos.

Gabarito: D

10. (NCE RJ/IBGE/2005) O Brasil nunca deixou de ter pobres, eles mudaram de lugar. Até a primeira metade do século XX, a população de menor renda do país estava localizada, em sua maioria, no campo. Na atualidade, a grande concentração de população de baixa renda encontra-se:

- (A) nas áreas centrais das cidades;
- (B) na Região Amazônica;
- (C) nos municípios da periferia das Zonas Metropolitanas;
- (D) nos estados da Região Centro-Oeste;



(E) nos pequenos municípios do Sudeste e do Sul.

COMENTÁRIOS:

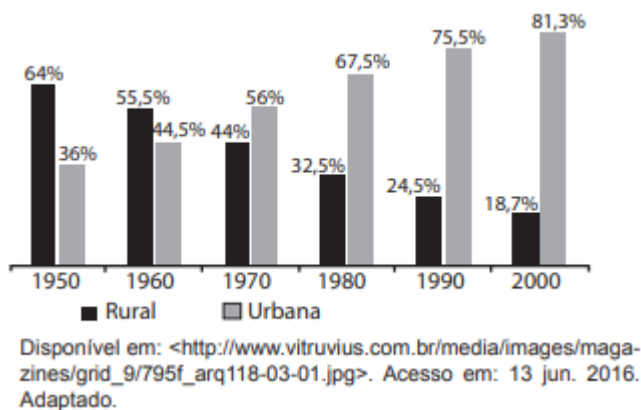
Com 84% da população vivendo nas cidades, os municípios da periferia das regiões metropolitanas passaram a concentrar o maior contingente de população de baixa renda no Brasil.

Gabarito: C



LISTA DE QUESTÕES – URBANIZAÇÃO – CESGRANRIO

1. (CESGRANRIO/IBGE/2016) No gráfico a seguir, é apresentada a evolução das populações urbana e rural no Brasil.



A partir da década de 1970, verifica-se a ultrapassagem do contingente de população urbana em relação à rural, que decorre do seguinte fator estrutural:

- (A) Expansão da agroecologia
- (B) Redução do analfabetismo
- (C) Regressão do rodoviarismo
- (D) Avanço da industrialização
- (E) Realização de megaeventos

2. (CESGRANRIO/IBGE/2016) Se você vive em uma cidade, é provável que o ar que respira não esteja dentro dos padrões considerados saudáveis. Um relatório divulgado pela Organização Mundial da Saúde aponta que 80% da população urbana mundial estão expostos a poluentes em quantidade superior aos limites recomendados. No Brasil, das 45 cidades estudadas, 40 têm poluentes no ar em níveis maiores que os recomendados. A cidade brasileira com maiores níveis de poluição atmosférica é Santa Gertrudes, a cerca de 170 quilômetros da capital paulista. Segundo a prefeitura de Santa Gertrudes, a principal fonte de poluição no município vem da indústria de cerâmica, precisamente no transporte de material.

MATSUURA, S.; BAIMA, C. Poluição fatal. O Globo. Sociedade, 13 maio 2016. Adaptado.

Esse problema ambiental provoca um dano direto à vida cotidiana dos cidadãos, que é a(o)

- (A) ampliação da violência intraurbana
- (B) diminuição dos incentivos fiscais municipais



- (C) implantação do setor informal da economia
- (D) incremento de doenças cardiovasculares
- (E) decréscimo do número de leitos hospitalares

3. (CESGRANRIO/IBGE/2016) No Censo do IBGE de 2010, o país possuía uma população de aproximadamente 191 milhões de habitantes. Desses, cerca de 161 milhões viviam nas zonas urbanas, enquanto apenas 29 milhões viviam na zona rural. Mas nem sempre foi assim. Até a década de 1960, a maioria da população morava no campo e a quantidade de cidades era bem menor do que a atual. [...] Na década de 1970, o número de habitantes morando nas cidades foi, pela primeira vez, maior do que a população que vivia na zona rural. Esse crescimento do meio urbano proporcionalmente maior do que o do meio rural recebe o nome de Urbanização [...]

A partir de 1990, especialmente, há novas tendências no processo de urbanização brasileiro. Uma dessas tendências é a(o)

- (A) redução do custo de vida nas metrópoles
- (B) retração das áreas de ocupação irregular
- (C) alteração do ritmo de crescimento das grandes cidades
- (D) aumento na velocidade das migrações inter-regionais
- (E) colapso das políticas de planejamento urbano a favor das classes média e alta

4. (CESGRANRIO/IBGE/2016)



Disponível em: <<http://i216.photobucket.com/albums/cc225/faelsim/RMNordeste.jpg>>. Acesso em: 30 maio 2016.

Na Figura, as áreas urbanas destacadas nos estados do Nordeste correspondem, exclusivamente, a



- A) regiões administrativas
- B) centros regionais
- C) regiões metropolitanas
- D) capitais estaduais
- E) regiões de integração

5. (CESGRANRIO/IBGE/2014) As capitais estaduais brasileiras podem ser analisadas de acordo com o seu crescimento populacional, desde o primeiro censo brasileiro em 1872 até o censo de 2000. Entre as capitais mais antigas, opõem-se aquelas que tinham certo avanço à época do primeiro recenseamento e que, gradualmente, o perderam, como Salvador, e aquelas que conheceram um crescimento mais rápido. Finalmente, outras capitais conheceram um crescimento regular, ou seja, as capitais regionais que crescem com a região sobre a qual exercem atração, como Manaus.

THÉRY, H. e MELLO, N. Atlas do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 174. Adaptado.

Com base no texto, qual a capital regional que conheceu, nesse período, um crescimento regular?

- a) Rio de Janeiro
- b) Recife
- c) Porto Alegre
- d) Fortaleza
- e) São Paulo

6. (CESGRANRIO/IBGE/2014) Com o avanço da urbanização do território brasileiro, nas áreas metropolitanas, surgiu um processo demográfico caracterizado pela migração diária de população trabalhadora entre municípios próximos, dependente, em grande medida, dos transportes coletivos e de massa.

Esse movimento de população é denominado

- a) imigração
- b) migração de retorno
- c) transmigração
- d) migração pendular
- e) transumância



7. (CESGRANRIO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO RN/2011) A metropolização corresponde ao processo de formação de metrópoles, que é acompanhado do crescimento acelerado de certas cidades, como reflexo da modernização e da concentração econômica em alguns pontos do território. Há, contudo, uma tendência atual de reversão no crescimento das grandes metrópoles porque indústrias e empresas do setor de serviços passam a escolher localizações geográficas alternativas às saturadas metrópoles, provocando redução nos índices de crescimento das grandes cidades e aumento dos índices de crescimento das cidades médias.

Qual o nome desse fenômeno?

- (A) Megalópole
- (B) Desmetropolização
- (C) Metrópole expandida
- (D) Macrocefalia urbana
- (E) Região metropolitana

GABARITO



- 1. D
- 2. D
- 3. C
- 4. C
- 5. C
- 6. D
- 7. B



QUESTÕES COMENTADAS – URBANIZAÇÃO – CEBRASPE

1. (CEBRASPE/IBGE/2021) Quando pessoas de classes sociais de alto poder aquisitivo agrupam-se em condomínios fechados, normalmente distantes dos centros urbanos, nota-se que assim se configuram os enclaves urbanos, ou seja, quando dentro ou no entorno de seu território de atuação há a consolidação de territorialidades que se colocam à parte da vida urbana ao mesmo tempo em que utilizam serviços e equipamentos urbanos, de modo seletivo no tempo e no espaço, temos um usufruto sem o compromisso com a vida cidadina.

Internet: <e-revista.unioeste.br> (com adaptações).

Ao afirmar que o agrupamento urbano e seu usufruto ocorrem sem o compromisso com a devida vivência cotidiana, o texto remete ao conceito de

- A) autossegregação urbana.
- B) equidade social cidadina.
- C) disparidade urbano-rural.
- D) hierarquia urbana.
- E) sítios urbanos.

2. (CEBRASPE/IBGE/2021)



Camelódromo de Uruguaiana no Rio de Janeiro. Internet: <vejario.abril.com.br>.

No Brasil, as atividades que mais concentraram pessoas em ocupações sem carteira assinada, no ano de 2020, foram serviços domésticos (72,5%), agropecuária (67,2%) e construção (64,5%). Segundo o IBGE, desde



2014, em decorrência do desaquecimento do mercado de trabalho, houve ampliação relativa das ocupações sem carteira assinada, com destaque para transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação e construção.

Internet: <agenciabrasil.ebc.com.br> (com adaptações).

A figura e o texto apresentados remetem

- A) ao papel do Estado e das classes sociais no trabalho formal.
- B) à situação da população diante da informalidade na economia brasileira.
- C) ao poder de consumo da população mais abastada de capital.
- D) às modernizações capitalistas urbano-industriais e informacionais.
- E) ao modelo de flexibilização das relações de trabalho e da mão de obra.

3. (CESPE/TCE-AC/2009) As relações que as cidades estabelecem entre si geram uma divisão territorial de funções articuladas que constitui uma rede urbana. A localização e a especialização funcional estabelecem uma hierarquia entre cidades grandes, médias e pequenas. No Brasil, em 2008, o IBGE definiu uma hierarquia urbana segundo a qual as capitais regionais são

- A) centros urbanos do País, com grande porte, fortes relacionamentos entre si e, em geral, extensa área de influência direta.
- B) centros com atividades de gestão menos complexas, com área de atuação reduzida, cujos relacionamentos com centros externos à sua própria rede se resumem, em geral, àqueles com as três metrópoles nacionais.
- C) cidades de menor porte, com atuação restrita à sua área imediata, que exercem funções de gestão elementares.
- D) cidades com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles que têm área de influência de âmbito regional.
- E) cidades que são polarizadas por outros centros e polarizam as vilas e áreas rurais vizinhas.

4. (CESPE/TCE-AC/2009) O século XX, no Brasil, foi marcado pelo crescimento das cidades, tanto em número como em área e população. No início do século XXI, o processo de urbanização começou a diminuir, mas a desigualdade e a pobreza são um fato nas cidades brasileiras. A respeito do processo de urbanização no Brasil, assinale a opção correta.

- A) O aumento significativo da taxa de urbanização da população brasileira ocorreu, entre outros aspectos, em função da facilidade de acesso à habitação.
- B) A urbanização brasileira da segunda metade do século XX colocou a cidade em segundo plano em relação à região polarizadora.



C) A causa básica da diminuição do processo de urbanização no início do século XXI foi o grande investimento do Estado nas atividades rurais.

D) A rápida urbanização foi seguida, na mesma medida, por uma correspondente expansão dos serviços urbanos necessários à sobrevivência das classes trabalhadoras nas grandes cidades.

E) A urbanização vertiginosa do século XX coincidiu com o fim do período de maior expansão da economia brasileira.

GABARITO



1. A
2. B
3. D
4. E



LISTA DE QUESTÕES – URBANIZAÇÃO – FGV

1. (FGV/IBGE/2016) A tabela abaixo apresenta os dados sobre a mobilidade pendular nas regiões metropolitanas do estado de São Paulo, nos anos de 2000 e 2010:

Regiões	Volume dos movimentos pendulares		Percentual da População em Idade Ativa	
	2000	2010	2000	2010
RM de Campinas	171.033	311.992	9,8	14,02
RM de São Paulo	1.108.691	1.942.001	8,4	12,65
RM da Baixada Santista	128.064	201.023	11,7	15,51
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	84.621	149.597	5,9	8,50
Total	1.654.662	2.926.216	9,5	14,18

Fonte: Projeto mobilidade pendular na Macrometrópole – NEPO/UNICAMP - EMPLASA, 2013.

As pesquisas sobre deslocamentos pendulares são de fundamental importância para subsidiar o planejamento urbano e regional, pois fornecem um indicador da integração funcional entre localidades.

Compreende-se como mobilidade pendular e considera-se um dos efeitos de seu incremento para as regiões metropolitanas, respectivamente:

- (A) o deslocamento regular de pessoas para outros municípios, para fins de trabalho e/ou estudo, e de retorno aos seus domicílios; o aumento do contingente de passageiros nos transportes intermunicipais;
- (B) a circulação periódica de trabalhadores da casa para o trabalho e do trabalho para a casa; a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores residentes nos municípios da periferia da região metropolitana;
- (C) a transferência sazonal de trabalhadores das cidades médias para as grandes metrópoles em busca de emprego, lazer e moradia; a sobrecarga dos serviços de uso coletivo nas áreas centrais das regiões metropolitanas;
- (D) a migração interna e temporária de trabalhadores, consumidores e estudantes para as periferias metropolitanas; a diminuição do preço da terra no núcleo metropolitano;
- (E) o movimento estacional de pessoas em busca de serviços públicos na área core da metrópole; o aumento do custo de transporte para as pessoas que realizam deslocamentos intermunicipais.

2. (FGV/IBGE/2016) A teoria das localidades centrais considera os núcleos de povoamento, sejam grandes cidades ou núcleos semirurais, como localidades centrais. Estas, por sua vez, são dotadas de funções centrais, que são atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente da área de influência, em relação à qual a localidade central tem uma posição central.



O quadro abaixo apresenta as cidades de uma rede urbana hipotética e suas funções.

Cidades	Bens e serviços
1	R W Z Y X
2	W Z Y X
3	Z Y X
4	Y X
5	X

Adaptado de: Corrêa, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.

A partir da análise do quadro e da teoria das localidades centrais, é correto afirmar que:

- (A) dentre os bens ou serviços distribuídos na rede urbana hipotética, X é o consumido com menor frequência;
- (B) dentre os bens ou serviços distribuídos na rede urbana hipotética, R é o consumido com maior frequência;
- (C) dentre as cidades da rede urbana hipotética, a cidade 1 possui a menor área de influência;
- (D) dentre as cidades da rede urbana hipotética, a cidade 3 possui a maior centralidade;
- (E) dentre as cidades da rede urbana hipotética, a cidade 5 possui a menor centralidade.

3. (FGV/IBGE/2016) O texto a seguir descreve duas fases do processo de urbanização do território brasileiro após a década de 1950.

“Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 1950, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da respectiva população - dos núcleos com mais de 20 mil habitantes, e em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio [...].”

Fonte: SANTOS, M. e SILVEIRA, M. Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001: 202.



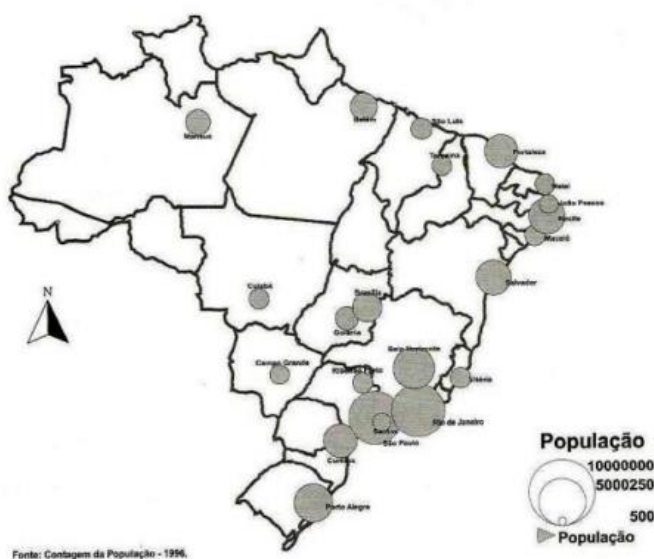
Mapa 1

Cidades com mais de 500 mil habitantes – 1960



Mapa 2

Cidades com mais de 500 mil habitantes – 1996



Fonte: SANTOS, M. e SILVEIRA, M. Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

A terceira fase, representada nos mapas, caracterizou-se pela:

- (A) urbanização difusa;
- (B) reurbanização;
- (C) metropolização;
- (D) explosão demográfica;
- (E) periurbanização.

4. (FGV/PM-MA/2012) A estrutura das maiores metrópoles brasileiras apresenta situações e problemas que revelam a complexidade dos grandes espaços urbanos.

As alternativas a seguir apresentam corretamente situações ou problemas relativos à organização interna das metrópoles brasileiras, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A segregação residencial exclui grupos de renda mais baixa dos espaços reservados para os grupos economicamente dominantes.
- b) O uso do solo urbano mostra grande diversidade – residencial, industrial, comercial, de serviços ou misto.
- c) A estrutura viária atende com eficiência os fluxos realizados pelos trabalhadores entre suas áreas de moradias e seus locais de trabalho.



d) A área central corresponde, quase sempre, ao centro histórico e, em alguns casos, ao moderno centro de negócios.

e) A proliferação de subcentros de comércio e de serviços resulta da expansão da metrópole em termos físicos e populacionais.

GABARITO



1. A
2. E
3. C
4. C



LISTA DE QUESTÕES – URBANIZAÇÃO – MULTIBANCAS

1. (FEPESE/PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC/2021) Sobre o processo de metropolização do Brasil, é correto afirmar:

1. Em um primeiro momento, a urbanização brasileira caracterizou-se pelo crescimento dos maiores centros urbanos, que correspondiam, na maioria das vezes, às capitais estaduais ou aos centros industriais de maior expressão, como por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, entre outros.
2. O forte incremento populacional urbano fez nascer as principais metrópoles de nosso país, cidades com mais de um milhão de habitantes, caracterizadas pela concentração de capitais e da produção e por uma diversificada infraestrutura de serviços como saúde, educação e lazer.
3. O grande afluxo de migrantes em direção às metrópoles brasileiras gerou um processo de crescimento exagerado e desordenado de suas áreas urbanas, que em muitos casos uniram-se às áreas urbanas de cidades próximas, criando grandes aglomerações.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) É correta apenas a afirmativa 1.
- B) É correta apenas a afirmativa 3.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

2. (FCC/METRO SP/2015) Considere as seguintes afirmações:

- I. A falta de moradias ou déficit habitacional é uma das consequências do rápido crescimento da metrópole paulista.
- II. A região metropolitana de São Paulo tem como uma de suas características a pequena desigualdade socioeconômica entre seus habitantes.
- III. Um dos grandes desafios da metrópole paulista é ampliar a mobilidade urbana.

Está correto o que se afirma APENAS em

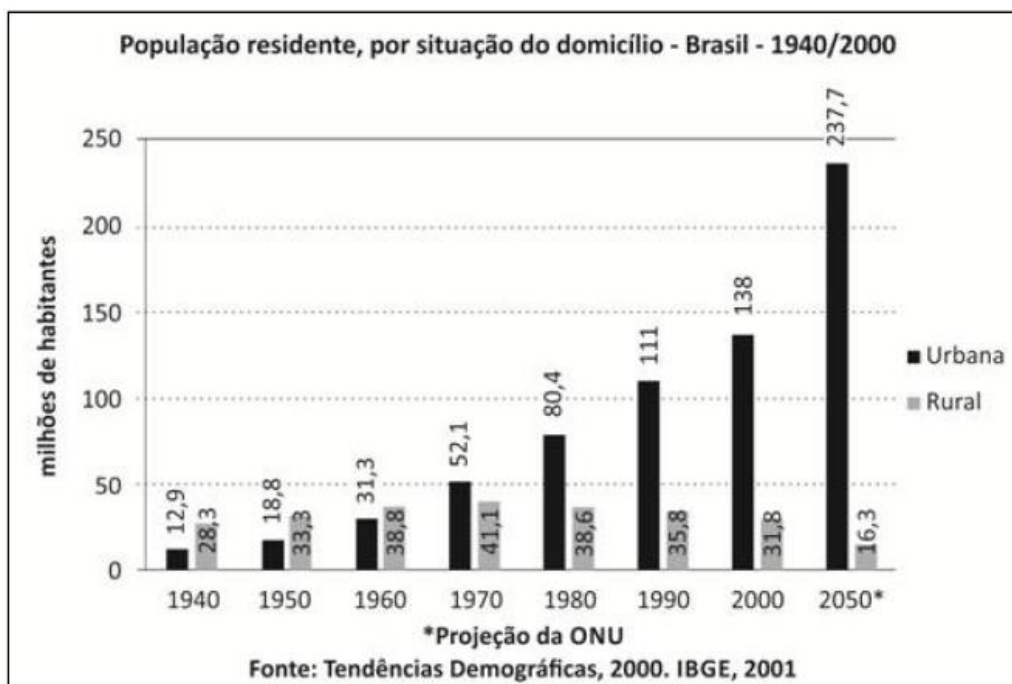
- a) I.
- b) I e III.
- c) I e II.



d) II.

e) II e III.

3. (CONSULPLAN/PREFEITURA DE NATIVIDADE/2014) De acordo com informações da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2005, o Brasil registrava uma taxa de urbanização de 84,2% e, de acordo com algumas projeções, até 2050, a porcentagem da população brasileira que vive em centros urbanos deve saltar para 93,6%. Em termos absolutos serão 237,751 milhões de pessoas morando nas cidades do país na metade deste século, como mostra a figura a seguir.



Sobre a urbanização no Brasil, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() A urbanização do país não se distribui igualitariamente por todo o território nacional, concentrando-se, principalmente, na região Sudeste, formada pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

() Apenas no início do século XXI é que a população rural declinou de forma acentuada, tornando-se grande minoria, o que caracterizou o país como uma nação intensamente urbanizada.

() O processo de urbanização no Brasil se assemelha ao europeu pela forma lenta que se deu, diferenciando apenas do fato de que na Europa foi menos volumosa e acompanhada pela oferta de empregos urbanos, moradias, escolas, saneamento básico etc.

() A urbanização vem ocorrendo de maneira desordenada, de forma que os municípios encontram-se despreparados para atender às necessidades básicas dos migrantes, gerando uma série de problemas sociais e ambientais, dentre os quais destacam-se o desemprego, a criminalidade e a favelização.

A sequência está correta em



- a) F, F, V, V.
- b) F, V, V, F.
- c) V, F, V, F.
- d) V, F, F, V.

4. (CONSULPLAN/IBGE/2009) À medida que ocorre o crescimento espacial surgem alguns fenômenos urbanos. A partir desta afirmativa, relacione o fenômeno urbano (Conurbação, Megalópole e Região Metropolitana) com sua respectiva definição:

- 1. Conurbação.
- 2. Megalópole.
- 3. Região Metropolitana.

() Trata-se da união espacial (combinação) de várias grandes cidades (metrópoles), formando uma gigantesca área urbanizada.

() É uma união espacial de cidades vizinhas, devido ao crescimento horizontal.

() É o conjunto de municípios contíguos e interligados socioeconomicamente a uma cidade principal (metrópole) com serviços públicos e infraestrutura comum

A sequência está correta em:

- A) 1, 2, 3
- B) 3, 2, 1
- C) 2, 3, 1
- D) 2, 1, 3
- E) 1, 3, 2

5. (CONSULPLAN/IBGE/2009) Considerando a atuação do Estado no processo de urbanização no Brasil, pode-se afirmar que:

A) A ação do Estado deu-se sempre no sentido de intervir para “ajustar a desordem”, por meio do planejamento urbano.

B) Um dos melhores exemplos para expressar a histórica capacidade do Estado brasileiro de sustentar qualquer processo de planejamento urbano são as experiências de cidades projetadas, como Belo Horizonte, em 1987; Goiânia, em 1935 e Brasília, em 1960.



- C) Brasília e sua periferia são a comprovação da consistência do planejamento urbano no Brasil.
- D) O poder público sempre buscou controlar a reprodução da segregação espacial.
- E) O poder público ao longo do processo de urbanização no Brasil age de forma paternalista ao urbanizar favelas, legitimando movimentos sociais urbanos como dos sem-terra, dos pró-favelas e dos cortiços, dando títulos de posse para terrenos irregulares, asphaltando e urbanizando loteamentos com ruas e casas em desalinho.

6. (CONSULPLAN/IBGE/2009) Analise as afirmativas acerca dos problemas sociais e urbanos brasileiros:

1. É muito comum ainda, nas cidades brasileiras, a morte de crianças por doenças transmissíveis, principalmente quando a elas se junta a desnutrição.
2. A ampliação da infraestrutura urbana como água encanada, pavimentação de ruas, iluminação, transportes, redes de esgotos, tem acompanhado a periferia, beneficiando grande contingente populacional.
3. Nos terrenos muito inclinados, os moradores veem colocadas em perigo suas próprias vidas quando as chuvas fortes provocam erosão, deslizamentos e desmoronamentos.

É (são) verdadeira(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) 1, 3
- B) 1, 2
- C) 2, 3
- D) 1
- E) 2

7. (CONSULPLAN/IBGE/2008) Sobre as regiões metropolitanas brasileiras pode-se afirmar que, EXCETO:

- a) As regiões metropolitanas do Brasil, criadas em 1973, por lei aprovada no Congresso Nacional, são definidas como um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestrutura comum.
- b) No Brasil, são legalmente reconhecidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) treze regiões metropolitanas, as quais localizam-se no entorno das capitais brasileiras.
- c) As regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro são consideradas nacionais, pois polarizam o país inteiro e as demais, são consideradas regionais ou locais, devido à abrangência da rede de polarização.



d) Existem regiões metropolitanas que constam de aglomerações urbanas constituídas de duas ou mais cidades médias ou pequenas, nas quais a polarização de uma cidade de destaque pode ocorrer apenas em nível local.

e) A metrópole paulista localizada em uma região metropolitana nacional é também considerada uma cidade global, pois está integrada aos fluxos mundiais.

8. (CONSULPLAN/IBGE/2008) Observe a tabela abaixo e responda à questão:

Taxa de Urbanização Brasileira Por Regiões (%) Brasil, 1950-1996

Região	1950	1970	1996
Sudeste	44,5	72,7	89,3
Sul	29,5	44,3	77,2
Nordeste	26,4	41,8	65,2
Centro-Oeste	24,4	48,0	84,4
Norte	31,5	45,1	62,4
Brasil	36,2	55,9	78,4

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1997.

A tabela demonstra que o processo de urbanização da população brasileira se intensificou com o passar dos anos. Assinale a alternativa que contenha as regiões brasileiras nas quais esse processo ocorreu de forma mais intensa e menos intensa no período de 1970/1996, respectivamente:

- a) Sul e Centro-Oeste.
- b) Centro-Oeste e Sudeste.
- c) Nordeste e Norte.
- d) Sul e Norte.
- e) Sudeste e Nordeste.

9. (NCE RJ/IBGE/2005) O processo de urbanização acelerou-se no Brasil a partir da década de 1960, resultando no crescimento da população urbana e na extensão da rede urbana por todo o território. No entanto, esse processo não foi equilibrado e teve como consequência:

- (A) o esvaziamento populacional das cidades médias;



- (B) o esvaziamento das Regiões Metropolitanas;
- (C) a concentração de população nas cidades médias e pequenas;
- (D) a concentração de população nas Regiões Metropolitanas;
- (E) a expansão das cidades pequenas e o esvaziamento das capitais.

10. (NCE RJ/IBGE/2005) O Brasil nunca deixou de ter pobres, eles mudaram de lugar. Até a primeira metade do século XX, a população de menor renda do país estava localizada, em sua maioria, no campo. Na atualidade, a grande concentração de população de baixa renda encontra-se:

- (A) nas áreas centrais das cidades;
- (B) na Região Amazônica;
- (C) nos municípios da periferia das Zonas Metropolitanas;
- (D) nos estados da Região Centro-Oeste;
- (E) nos pequenos municípios do Sudeste e do Sul.

GABARITO



- 1. E
- 2. B
- 3. D
- 4. D
- 5. E
- 6. A
- 7. B
- 8. B
- 9. D
- 10. C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.